

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EMPRESAS
CURSO DE MESTRADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EMPRESAS

SENIORIDADE E PODER NA SOCIEDADE ANGOLANA
(A Cultura da Senioridade na configuração das funções nas organizações e as
Relações de Poder em Angola)

POR

JOSÉ AMARO HOSSI

JULHO DE 2011

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EMPRESAS
CURSO DE MESTRADO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EMPRESAS

SENIORIDADE E PODER NA SOCIEDADE ANGOLANA
(A Cultura da Senioridade na configuração das funções nas organizações e as
Relações de Poder em Angola)

POR

JOSÉ AMARO HOSSI

Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Administração Pública e Empresas, da Fundação Getúlio Vargas, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Administração pública.

Orientador: Professor: Joaquim Rubens Fontes Filho

JULHO DE 2011

SENIORIDADE E PODER NA SOCIEDADE ANGOLA
(A Cultura da Senioridade na configuração das funções nas organizações e as
Relações de Poder em Angola)

JOSÉ AMARO HOSSI

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

PROFESSOR ORIENTADOR

PROFESSOR DOUTOR

PROFESSOR DOUTOR

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EMPRESAS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EMPRESA

ABREVIACOES

MPLA – Movimento Popular de Libertaco de Angola

UNITA – Unio Para a Independncia Total de Angola

FNLA – Frente Nacional de Libertaco de Angola

PRS – Partido da Renovaco Social

FdA – Frente Para a Democracia de Angola

PDP-ANA – Partido democrtico de Angola

OUA – Organizaco de Unidade Africana

ONU – Organizaco das Naoes Unidas

EUA – Estados Unidos da Amrica

EU – Unio Europica

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

RPA – Repblica Popular de Angola

RA – Repblica de Angola

UNAVEM I

UNAVEM II

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Estrutura de poder atualmente em angola.

Figura 2- Mapa Territorial e divisão administrativa de Angola

Figura 3- O Tipo de organização piramidal segundo Claude Levis Strauss.

Figura 4 - Relações de poder hierárquicas entre os autóctones.

Figura 5- Estrutura de poder baseada na visão da senioridade em Angola.

Figura 6- Estrutura de poder de Partido único

Figura 7- Organograma estrutural de o micro poder na república de angola.

Figura 8- Estrutura da hierarquia de poder na República de Angola até 2010

Figura 9 – Hierarquia Piramidal atual na República de Angola.

Hossi, José Amaro©. **SENIORIDADE E PODER NA SOCIEDADE ANGOLANA** (A Cultura da Senioridade na configuração das funções nas organizações e as Relações de Poder em Angola).

Hossi, José Amaro©.

Título I - SENIORIDADE E PODER NA SOCIEDADE ANGOLANA©

Título II (A Cultura da Senioridade e as Relações de Poder em Angola)©.

1. Senioridade, 2. Poder, 3. Poder Político, 4. Estruturas de Poder, 5. Instituições Públicas, 6. Instituições Privadas, 7. Organizações, 8. Organizações Piramidais, 9. Senioridade e Poder, 10. República de Angola, 11. Nepotismo, 12. Clientelismo, 13. Paternalismo, 14. Coronelismo, 15. Relações de Poder. 16. Patrimonialismo, 17. Absolutismo, 18. Verticalização do Poder, 19. Corrupção, 20 Relações Sociais. 21 Sociedade Tradicional, 22. Estruturalismo.

FGV - 2011-06-24

Dedicatória

Dedico a Deus, aos parentes, amigos, conhecidos e professores que me apoiaram nos momentos mais críticos desta caminhada, que na hora certa souberam estar presentes para me lembrar que não estava sozinho.

Agradecimento

Agradeço primeiro a Deus, aos meus pais, a minha esposa, a minha filha, aos meus irmãos, aos familiares no geral, a família Maria Aparecida e aos amigos pelo apoio moral, espiritual, material, etc. que me deram ao longo deste período especial da minha formação, visto que nem tudo foi mar de rosas. Nos momentos mais difíceis do curso souberam me acalantar para que nada saísse fora de seu controle.

RESUMO

A cultura da senioridade é assunto debatido e dissertado nesta pesquisa para ilustrar como acontecem as relações de poder na sociedade angolana. As relações de poder na sociedade Angola se dão dentro do Estado, entre a sociedade civil e as instituições do Estado, onde estão presentes as Organizações sociais e empresariais, que procuram nas suas relações sociais, uma integração social e política capaz de uni-los em torno de um único objetivo. Construir um padrão de sociedade que enquadre todas as organizações políticas, sociais, e culturais. Neste contexto se descreveu e caracterizou um tema que se ajustou em torno da senioridade, como forma de valorização social do técnico pela experiência, e pelo treinamento, e assim chegaram-se as relações de poder no seio das Organizações e depois se descreveu o critério de organização política encontradas na sociedade angolana, no que diz respeito à criação de estatutos e de Instituições de Pensão para enquadrar seniores e veteranos que participaram no processo de construção e reconstrução da sociedade como um todo.

PALAVRA CHAVE: SENIORIDADE, PODER, FUNÇÕES, ORGANIZAÇÕES, ANGOLA.

ABSTRACT

The culture of seniority issue is debated and lectured in this research as they happen to illustrate the power relations in society. The power relations in society are given Angola within the state, between civil society and state institutions, where there are the social and business organizations, who seek in their social relations, social integration and a policy capable of uniting them in around a single goal. Building a standard of society that fits all political, social, and cultural. In this context is described and characterized a subject that is set around the seniority, as a form of social recognition of the technical experience, and by training, and so came to power relations within organizations and then described the criteria political organization found in the Angolan society with regard to the creation of laws and institutions to frame Pension seniors and veterans who participated in the construction and reconstruction of society as a whole.

KEY WORD: SENIOR, POWER, FUNCTIONS, ORGANIZATIONS, ANGOLA.

ÍNDICE

Introdução	12
OJETIVOS	15
Metodologia da Pesquisa	16
CAPÍTULO I	20
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	20
1.1 A atual República de Angola	20
1.1.1 Território angolano.....	21
1.1.2 População e governo	21
1.1.3 Economia angolana.....	22
1.1.4 História de Angola	23
1.2 A estrutura atual de poder na República de Angola.....	24
1.3 Movimento Popular de Libertação de Angola, (MPLA), partido no poder. ..	26
CAPÍTULO II	29
A CULTURA DA SENIORIDADE NA PERSPECTIVA TRADICIONAL	29
2.1-Tradição Angolana.....	29
2.2 A importância da idade cronológica no Reino.....	35
2.3 O encontro da cultura angolana com a cultura luso-europeia.....	37
2.4 A Cultura da Senioridade na configuração das organizações e nas Relações de Poder em Angola	40
CAPÍTULO III.....	42
RELAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS NAS ORGANIZAÇÕES.....	43
3.1 Relações de poder nas organizações públicas.....	43
3.2 Relações entre pessoas no seio da empresa (pessoa coletiva e pessoa singular – versus pessoa jurídica e pessoa física).....	53
3.3 Relações de poder com a senioridade em Angola.....	64
CAPÍTULO IV	68
AS RELAÇÕES DE PODER NAS ORGANIZAÇÕES DA REPÚBLICA DE ANGOLA	68
4.1 Quais são as relações de poder existentes nas organizações angolanas?	68
4.1.1 O funcionário e o poder dinamizador nas organizações	77
4.2 - O que a Constituição do País consagra na Lei sobre a cultura sênior na sociedade?.....	79
4.3 - Qual é o impacto da lei nas organizações de Angola?	81
CAPÍTULO V	86
ANÁLISE CRÍTICA DAS RELAÇÕES DE PODER NA SOCIEDADE ANGOLANA.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

Introdução

Relações de poder no seio das organizações permitem observar que na sociedade civil tanto a cultura da senioridade, como a relação de poder dão-se dentro dos grupos sociais.

Max Weber¹

Este trabalho tem como objetivo principal apresentar a cultura da senioridade e a influência que exerceu na formação das funções nas organizações angolanas. Vai demonstrar por intermédio das relações de poder como a cultura da senioridade influenciou a configuração das funções nas organizações públicas e nas organizações privadas.

As organizações são fonte de poder, indispensáveis para que os grupos sociais se realizem politicamente e expressem seus sentimentos de formas a se perpetuarem em posições hierárquicas, constituindo assim a cultura sênior. Os grupos sociais passam dentre outros aspectos culturais, por situações de imposição de poder hierárquico conforme relata Marx Weber, 2002.

É no seio destas organizações que o desenvolvimento social daqueles grupos acontece no campo econômico e cultural, comprovados pelas sociedades ocidentais, modernas que avaliam o seu desempenho. As mesmas proporcionam processos de racionalização cujo entendimento se dá como conseqüência científica da variação técnica, o que não deixa a propriedade civilizatória dentro das organizações ocidentais atuais. A vida de modo geral precisa de organização para contribuir na divisão e coordenação das atividades profissionais, sendo necessária para a relação entre os homens com seus instrumentos de trabalho e meios de produção a fim de se buscar maiores rendimentos e eficácia dentro das organizações públicas e privadas.

Com esta pesquisa quer-se mostrar uma forma diferente sobre a cultura da senioridade na configuração das funções, ou seja, como véis para o bom entendimento e esclarecimento das relações de poder que ocorrem dentro das organizações públicas e privadas enraizada na influência da cultural da

¹ Marx Webber se refere às relações poder que se dão na sociedade e em particular nas organizações públicas e privadas no livro intitulado.

antiguidade, mas que pode ser vista no contexto de aprendizagem, conhecimento, experiência e treinamento. Angola hoje com quase 500 anos de existência, considerado país do futuro, onde o progresso pode acontecer, precisa de uma boa estrutura de poder, que corresponda com a expectativa almejada pelos seus filhos, por ter sido acometida por uma desastrosa guerra civil de quase três décadas pela busca de poderes que dilacerou a então existente estrutura física, moral, espiritual, familiar e organizacional que servirá de base para o desenvolvimento geral do país.

É de ressaltar que na atualidade existe uma tentativa de reorganizar as instituições públicas e privadas. Anteriormente estas instituições foram formadas ao longo da história do país e ficaram devastadas pela guerra civil, ocorrida num período de três décadas. É necessário que haja a construção de novas instituições que busquem valorizar a cultura da senioridade inserida no seio das relações de poder.

As relações de poder no seio das organizações são uma constante no relacionamento social entre indivíduos, grupos e partidos que existem na sociedade que disputam a todo o tempo, uma posição social de destaque, uma condição política, um status de poder e uma situação econômica para se perpetuar.

Fazendo uma comparação entre Angola e Brasil, partindo de um olhar crítico buscou-se observar as duas sociedades do ponto de vista cultural. Constatou-se que existem diferenças no seio das organizações e na estrutura de poder.

Do ponto de vista político na história do Brasil, viveu-se um período que se baseou no coronelismo; em Angola esta fase parece estar caracterizada com o poder dos generais, onde o nepotismo, o clientelismo, a corrupção no poder estão exacerbados, Boris Fausto, 2000.

Apesar de existirem diferenças peculiares para cada país, do ponto de vista cultural o Brasil vem influenciando Angola no que diz respeito à inclusão de valores culturais absorvidos através da mídia televisiva, e do ponto de vista político não foge a regra; vícios como o nepotismo, paternalismo, patrimonialismo, autoritarismo, etc. vividos no Brasil também estão sendo vividos em Angola, etc.

No quotidiano angolano, está marcado o intercâmbio cultural que se verifica com relação à política entre os dois países, tem havido deslocamentos constantes

de várias delegações de ambos os países para a resolução de problemas sociais, políticos e culturais.

Segundo (Chinguli, 2011) quando retratou o perfil da realidade cultural angolana verificou que a cultura é rica nas suas mais variadas manifestações culturais.

A realidade cultural angolana é rica pela diversidade que engloba várias nações étnicas que expressam a cultura da senioridade inserida nas relações de poder que caracterizam a sociedade atual.

Segundo (Maliska 2006), o estudo e o resultado da especialização científica da diferenciação técnica, peculiar à civilização ocidental estão dentro das organizações e expressa às características da cultura da senioridade.

No entanto, olhando para a realidade angolana, em comparação com outros países, principalmente o Brasil, os responsáveis das organizações institucionais, vetores dos processos de mudanças na estrutura governamental não demonstram uma postura de comprometimento com as organizações, ou seja, os líderes das organizações não estão comprometidos com os processos de mudanças na estrutura de poder, mantendo uma postura individualista que promove o indivíduo ao invés de promover o desenvolvimento das organizações públicas e privadas, que leve a especialização científica de funções que esclareçam e melhorem a classificação da cultura da senioridade.

Assim, no contexto organizacional analisaram-se as relações de poder que descendem de períodos que vão desde a pré-colonização aos dias atuais e retratou-se a cultura da senioridade observando-se a estrutura de poder atual.

Para contemplar a estrutura de poder atual, basta olhar para a configuração do organograma da máquina pública angolana, onde se expressam a cultura da senioridade patente nas organizações piramidais que vêm se estruturando com a formação da República. A máquina pública angolana é administrada através da tecnocracia do clientelismo que se encontra em algumas expressões de Bobbio, na obra *Direito, Ética, e Política* de 2005.

Angola, três décadas depois começou a experimentar um período de crescimento intelectual que possibilita a consolidação das instituições públicas. Junto com essa experiência vem se observando males sociais como o coronelismo (influência dos generais), patrimonialismo, paternalismos, nepotismos que minam o poder, e espalham a corrupção exacerbada no seio

das organizações. Esses males vêm desestruturando cada vez mais a essência do poder político nas organizações. A corrupção é um dos males políticos observados nas instituições africanas. Na sociedade angolana essas práticas se verificam nas organizações públicas e privadas, tornando uma boa parte da população cada vez mais mísera.

O dinamismo social e cultural da produção dos novos valores éticos presentes na sociedade foram herdados de uma mistura cultural que data do período pré-colonial. Dessa forma a tentativa de resgate dos valores que de alguma forma se perderam pela introdução de métodos pouco éticos, no período colonial que se sobrepôs à cultura local e pela introdução de valores culturais imediatistas no período pós-independência, levaram a formação de cidadãos que não incorporaram para si o que se denominou chamar de cultura da senioridade nesta pesquisa.

Como forma de análise do tema foi usada a pesquisa dissertativa que por intermédio dela descreveu-se através de perguntas e respostas, usando bibliografias de autores de livros que retratam o assunto em causa.

OJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo geral apresentar a cultura da senioridade, os indivíduos que possuem experiência e antiguidade nas organizações angolanas. Identificaram-se no seio da cultura da senioridade as relações de poder existentes nas instituições públicas. Demonstrou-se por intermédio das relações de poder, como a cultura da senioridade influenciou as relações sociais na configuração das funções das organizações públicas.

Senioridade e poder é um tema que se apresentou adequado para desenvolver a pesquisa de formas a identificar as relações sociais que se deram nas organizações públicas e privadas.

Como objetivo específico, verificou-se que as relações de poder são o assunto fundamental que deu conteúdo ao trabalho, de tal forma que conseguiu-se observar que a cultura da senioridade se define no indivíduo que adquiriu experiência de trabalho e vivenciou uma cultura no seio das organizações, que

neste trabalho está caracterizado como estrutura verticalizada, ou organização piramidal.

Analisou-se dois tipos de organizações segundo sua estrutura orgânica:

- 1- Organização verticalizada é aquela cuja estrutura micro do poder se localiza no topo, onde se originam todas as decisões políticas.
- 2- Organização piramidal é aquela que na sua estrutura central tem um micro poder cuja extensão organizacional se dá seqüencialmente, ou seja, conforme a estrutura for se alargando, vai criando uma réplica da estrutura central do poder.

Concluiu-se que no seio das relações de poder se dão as relações sociais e nelas a cultura da senioridade que deu subsídios etnográficos para dar forma à pesquisa pela experiência cotidiana do pesquisador.

Metodologia da Pesquisa

Os métodos utilizados para o enquadramento do tema vivenciado pelo pesquisador foram os Métodos Historiográfico, cuja pesquisa visa ao resgate dos acontecimentos e das atividades humanas. Ao longo do tempo, estes acontecimentos possibilitaram desvendar e compreender as mudanças, as contradições e as tendências da realidade social.

Por fim usou-se o método auto-etnográfico, que tem sua origem no campo da antropologia e consiste na inserção do pesquisador no ambiente, no dia-a-dia do grupo investigado, possibilitando uma compreensão mais ampla da atuação dos indivíduos no ambiente organizacional. Ao fornecer uma noção da realidade formal e informal dos diversos níveis da organização procurou-se identificar as relações de poder nas partes dos grupos sociais com o todo que constitui o núcleo central que se denominou chamar de “micro poder”. (MASCARENHAS, 2002).

Os métodos utilizados privilegiaram também a reflexão e a compreensão acerca da construção, da transformação e da incorporação dos valores e das ações dos homens ao longo do tempo. Permitiram ainda resgatar as trajetórias

dos indivíduos nas organizações e nos movimentos políticos, reduzindo a distância entre o discurso e a prática.

Concretamente o método historiográfico permitiu que a pesquisa não se limitasse à narrativa de acontecimentos, mas tivesse um discurso dissertativo onde o pesquisador se inseriu, fazendo perguntas e interpretando-as, respondeu levando em consideração sua análise e interpretação no campo da ciência.

Já o método auto-etnográfico permitiu identificar valores dos grupos sociais e cruzando-os com a literatura que serviu de base para construir os conceitos utilizados na pesquisa encontrou semelhanças que deram conteúdo compreensivo ao trabalho. O relacionamento entre os integrantes dos grupos sócias mostrou que todo este processo de movimento na direção de uma evolução se deu graças a existência das organizações nos níveis diversificados da sociedade.

Na senioridade estão presentes as partes e nas relações de poder o todo, que se enquadra na sociedade civil e conseqüentemente nas organizações públicas e privadas.

Estes métodos de pesquisa usados para a elaboração da dissertação basearam-se no critério de seleção de livros, jornais, revistas, fontes escritas e oral, de bibliografia virtual, lida e relida para formar as idéias contidas neste trabalho.

Seguiu-se o método descrito no livro de (VERGARA, 2001). Vergara (2001) apresentou estes métodos de pesquisa para orientar a elaboração de dissertações que buscam por intermédio deste, definir a meta básica para compreensão dos conteúdos literários das partes, constituindo o todo e das partes entre si na formação do conteúdo da pesquisa.

A metodologia usada para elaboração deste trabalho baseou-se na pesquisa dissertativa que permite perguntar, responder e interpretar. A pesquisa dissertativa é aquela em que o pesquisador descreve através de perguntas e respostas, usando bibliografias de autores de livros que retratam o assunto em causa, relacionando os conteúdos com o tema.

As organizações no que se refere à metodologia da pesquisa definem-se nas instituições públicas e privadas, onde acontecem as relações de poder, cujo tratamento do conteúdo da pesquisa ficou apelidado de – cultura da senioridade na configuração das funções nas organizações e as relações de poder na sociedade angolana, e assim chegou-se ao tema senioridade e poder. A cultura da senioridade foi literalmente o assunto debatido nesta pesquisa para ilustrar as relações de poder na sociedade angolana.

As relações de poder na sociedade angolana se deram nas instituições públicas e na sociedade civil como um todo, onde estão presentes as Organizações empresariais nas quais a integração social e política se fazem presentes.

Essa integração foi capaz de uni-los em torno de um único projeto de nação. Construir um padrão de sociedade que enquadre todos numa só nação, quando existem nove nações com línguas diferentes confirmadas a coabitarem em trono de uma língua veicular o português, língua do colonizador, vão dar os tipos de organizações políticas, sociais, e culturais que se verificam na sociedade. Cronologicamente representam um tipo de sociedade que obedece aos critérios de organização típicos de sociedades africanas, cujas bases se encontram na tradição oral.

Neste contexto descreveu-se e caracterizou-se um tema que se ajustou em torno da sociedade tradicional oral onde está presente o caráter peculiar da senioridade como forma de valorização social do técnico pela experiência, e pelo treinamento, e assim as relações de poder no seio das Organizações. Construiu-se um padrão de sociedade com características da cultura angolana. A cultura angolana enquadrou-se no método da pesquisa quando se comparou o tipo de organização global, e se identificou nos clássicos pesquisados. É neste contexto que se desenvolveu a pesquisa bibliográfica que conduz a constatação do que se descreve ao longo do trabalho.

A pesquisa bibliográfica segundo (VERGARA 2001) define-se na leitura de obras clássicas e contemporâneas, que revelam em detalhes o tema escolhido. No capítulo um apresentou-se a atual República de Angola numa perspectiva histórica, topográfica e administrativa com vista a situá-lo. seguido do capítulo dois que retratou a cultura da senioridade na perspectiva tradicional. No capítulo três relatou-se as relações sociais e políticas nas organizações. No

capítulo quatro referiu-se das relações de poder nas organizações da República de Angola. No capítulo cinco contrapõe-se o descrito nos antecedentes; a visão da cultura da senioridade baseada na perspectiva de antiguidade, sobre as relações de poder no seio das organizações, inseridas num contexto da senioridade.

Na conclusão, apresentou-se a evidência que ficou provada pela pesquisa e também uma visão historiográfica e auto-etnográfica que valoriza a racionalidade baseada no conhecimento, na experiência e no treinamento dos membros que constituem as organizações efetivas da sociedade angolana.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 A atual República de Angola

No capítulo um apresentou-se a atual República de Angola numa perspectiva histórica, topográfica e administrativa com vista a situá-lo.

Angola é um estado independente e soberano localizado no sudoeste da África austral; limitado ao norte e a leste pela República Democrática do Congo (antigo Zaire), a leste pela Zâmbia, ao sul pela Namíbia e a oeste pelo oceano Atlântico. O território angolano é dividido por uma faixa do antigo Zaire que vai até o mar, deixando separado o pequeno enclave de Cabinda, que é limitado ao norte pela República do Congo, a leste e sul pela República Democrática do Congo e a oeste pelo oceano Atlântico. O território foi anteriormente conhecido pelo nome de África Ocidental Portuguesa e sua atual denominação é República de Angola, e é membro do bloco econômico conhecido como a Comunidade para o Desenvolvimento Sul-africano (CDSA), antiga Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento sul-africano (CCDSA), uma organização dos países do sul da África formada com a finalidade de reduzir a dependência econômica da África do Sul e harmonizar o desenvolvimento na região. Compareceram à primeira conferência da CDSA, realizada em Arusha, Tanzânia, em 1979, Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia — os chamados “estados da linha de frente” —, juntamente com representantes dos governos financiadores e agências de ajuda internacional. Lesoto, Suazilândia, Malawi e Zimbábue associaram-se no ano seguinte; e a Namíbia, em 1990. Em abril de 1980, a estratégia da CCDSA para a “liberalização econômica” foi formalizada na declaração de Lusaka, traçando um programa de ação cuja prioridade era a integração e a melhoria das vias de transporte regionais. Ao mesmo tempo, todos concordaram com a importância de se descentralizar a organização; cada estado membro tornou-se responsável por uma área específica do programa de ação. Por exemplo, Angola coordena o programa de energia; Moçambique, o transporte; e Zimbábue, a segurança alimentar. Botsuana é responsável pelas pesquisas agrícolas e sedia o pequeno

secretariado da organização. Durante seus dez primeiros anos, a CCDSA investiu mais de US\$2,5 bilhões dos US\$6 bilhões segundo o Banco Mundial (2008) estimados pelo programa de ação, fazendo dela uma das instituições de desenvolvimento regional mais bem-sucedidas do mundo.

Em janeiro de 1992, em consequência das mudanças políticas na África do Sul, o comitê central da CCDSA, o Conselho dos Ministros, aprovou as propostas que transformaram a organização em uma comunidade econômica plenamente integrada. Em agosto, o tratado que criou a CDSA foi assinado. Em 1994, a África do Sul tornou-se o décimo primeiro país da CDSA. Possui uma superfície de 1.246.700 quilômetros quadrados. A capital é Luanda.

1.1.1 Território angolano

O país divide-se em três grandes regiões: a planície costeira, uma área de transição e um extenso planalto interior. As maiores altitudes estão nas montanhas da parte central.

O clima é tropical. A corrente fria de Benguela modera as temperaturas da região costeira e reduz as chuvas, especialmente no sul.

1.1.2 População e governo

A população é composta por mais de 90 grupos étnicos. Os quatro mais representativos são os umbundu, os bakongos (kongo), os kimbundus e os chokwes-lunda.

Segundo dados do Banco Mundial de 1995, a população total, predominantemente rural, é de 10.765.000 habitantes. A capital e maior cidade é Luanda, com uma população de 5.000.000 milhões de habitantes, segundo estimativas atuais do Banco Mundial. De acordo com dados de 2008, outras grandes cidades são Huambo, com 1.400.203 habitantes, Benguela, com 1.000.000 habitantes, Lobito, com 150 mil habitantes, e Lubango, com 400 mil habitantes.

O português é a língua oficial. Mais de 90% da população fala línguas bantu (Kizerbo 1979 - ver Línguas africanas). No início da década de 1990, 53% da população era cristã. O restante era praticante das religiões tradicionais.

Segundo a Constituição adotada depois da independência em 1975 e posteriormente modificada, Angola é uma república uni - partidária, governada pelo Movimento Popular de Liberação de Angola – “Partido do Trabalho”, que tem 81% de aprovação da população que votou na última eleição legislativa de 2008. Estão previstas eleições presidenciais para 2012, mas a constituição aprovada, por unanimidade, tem recebido críticas da oposição.

1.1.3 Economia angolana

A economia tem sofrido severos retrocessos desde a independência. O desenvolvimento foi interrompido devido à falta de trabalhadores qualificados e à guerra civil. A produção de quase todos os bens, com exceção do petróleo bruto, foi paralisada ou foi reduzida. A intensificação da guerra civil no fim da década de 1980 e início da década de 1990 interrompeu drasticamente a produção agrícola.

Em 1996, o Banco Mundial calculou o produto interno bruto de Angola em 3,72 bilhões de dólares, resultando em um PIB anual per capita de aproximadamente 410 dólares, em 2006 o PIB de Angola registrou seu maior índice, alcançando 19,9%. Atualmente com a crise mundial o PIB tem registrado uma média de 6 a 9% ao ano.

O petróleo representa 90% das exportações do país. Os diamantes são o segundo mineral em importância capital. O ferro bruto é o terceiro, porém não tem sido comercialmente produzido desde 1975, foi retomado atualmente, mas a produção ainda é ínfima.

O desenvolvimento do setor industrial sofreu limitações, mas já mostra sinais de recuperação, e o parque tem recebido máquinas e equipamentos provenientes do Brasil, da China, e da Índia. Os principais bens manufaturados são produtos alimentícios, e vestuários. A moeda básica é o novo kwana. Angola mantém uma relação econômica baseada na troca de mineiro bruto (Petróleo, Ferro, Diamantes, ouro e outros) em troca de um desenvolvimento

industrial, baseado na transferência de tecnologia para aprimorar o parque industrial, principal motor do Desenvolvimento econômico e social.

A cesta de moeda e divisas é proveniente da produção do petróleo chamado KRUD e com isso foi criado um crédito em divisas com os países que se relacionam com Angola economicamente - conhecido como **Conta Petróleo** - tem sido a principal moeda de crédito, para adquirir financiamentos no mercado internacional.

1.1.4 História de Angola

Tudo que se sabe sobre a história antiga é que os caçadores e agricultores originários da região foram substituídos pela cultura dos bantus por volta do século VII d.C. No século XIV, os bantus tinham-se organizado em proto-estados que assumiram a estrutura de reinos semi-independentes como os de Cakongo, na atual Cabinda, Matamba e Imbangwala, na região da fronteira com a república Democrática do Congo, Ndongo e Mbundo, no vale do rio Cuanza, Ovimbundo (entre o Cuanza e a costa) e Lunda, nas atuais províncias do mesmo nome.

Em geral, esses reinos eram tributários do reino do Congo, o mais poderoso da região, formando uma espécie de federação que reconhecia o Manicongo (soberano do Congo) como rei ou árbitro.

Os portugueses chegaram a Angola em 1483, mas Portugal não obteve o controle completo do país até inícios do século XX. Sua tentativa de penetrar rumo ao interior, no século XVI, encontrou a resistência ferrenha da rainha Nzinga de Ndongo, que obrigou os portugueses a voltar ao sistema de feitorias costeiras.

Posteriormente, foi governada pelo denominado Regime Indígena, um sistema colonial no qual a exploração econômica, o abandono cultural e a repressão política vigoraram até 1961. Em 1951, o status oficial de Angola passou de colônia a província de ultramar. Durante a década de 1950, surgiu um movimento nacionalista que reivindicava o território para si.

Em 1961, iniciou-se um confronto guerrilheiro contra os portugueses e, em 11 de novembro de 1975, Angola conseguiu sua independência, e tornou-se País soberano cujo território está conforme aparece na figura 1 do mapa de Angola.

Dois governos declararam ser os representantes do novo Estado: um deles formado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e o outro pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). As superpotências envolveram-se na guerra civil.

A antiga União Soviética e tropas cubanas apoiaram o MPLA, enquanto a UNITA recebeu o apoio da África do Sul, dos Estados Unidos e do Zaire, além de outras potências ocidentais. Em maio de 1991, o governo central assinou o cessar fogo supervisionado pelos observadores da ONU, que consagrou a retirada das tropas cubanas e sul-africanas do país.

Em 1992, depois das eleições em que os dois candidatos José Eduardo dos Santos do MPLA, e Jonas Savimbi da UNITA iriam ao segundo turno, intensificaram-se as lutas entre as tropas governamentais e as da UNITA, cujo líder Jonas Savimbi não reconheceu o resultado eleitoral. Um novo projeto de paz, com o apoio da ONU, foi negociado em Lusaka (Zâmbia) em 1994, estabelecendo um cronograma para o desarmamento das forças rebeldes, sob o controle de uma força militar internacional, e a criação de um governo de união nacional sob o comando do presidente dos Santos.

No entanto, Savimbi se negou a cooperar com o novo governo e o ritmo do desarmamento foi tão lento que obrigou a renovar o mandato das forças das Nações Unidas. Em 1998, o governo angolano declarou suspensas as negociações com a UNITA, preparando-se para o reinício das hostilidades.

1.2 A estrutura atual de poder na República de Angola

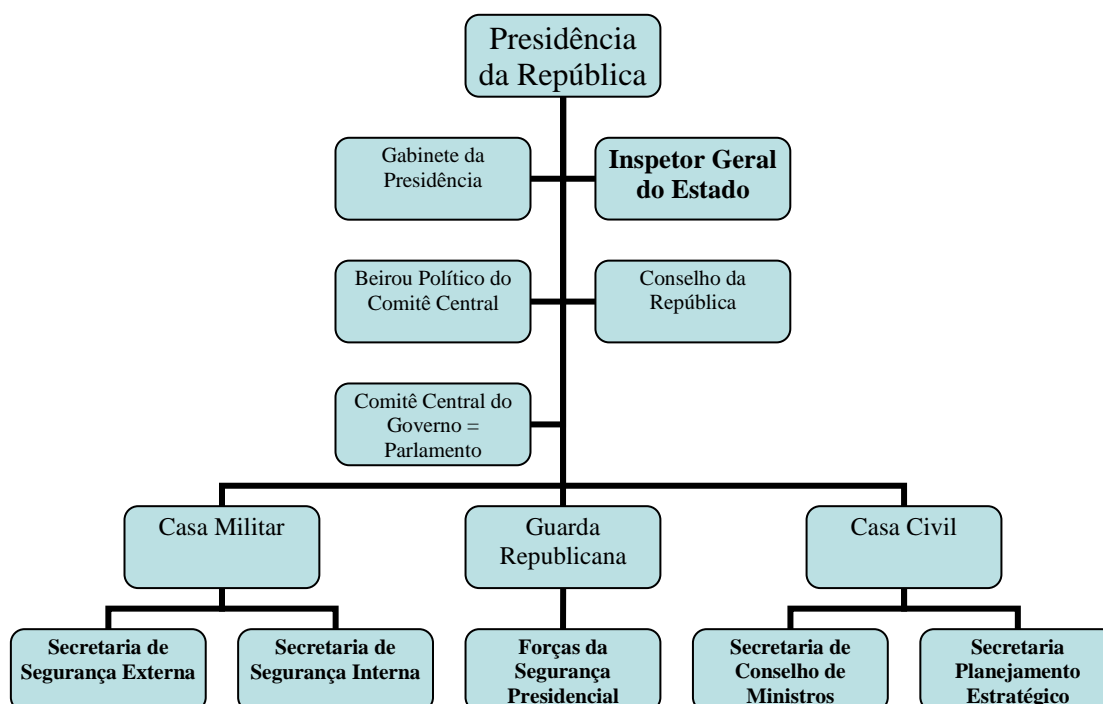
Atualmente o poder na República de Angola está estruturado da seguinte forma: no topo do poder está a presidência da República que representa o micro poder. Nele encontram-se a guarda republicana, a casa militar, e casa civil.

Dentro da casa militar estão a secretaria de segurança externa e da segurança interna.

Dentro da casa civil encontram-se a secretaria do conselho de Ministros subordinada diretamente ao conselho da República constituído por doze membros mais um, incluindo o Presidente da República, que constituem o conselho da República cuja estrutura ainda não está definida como em países ocidentais, onde aparecem claramente definidos os três poderes: o Senado e a Câmara que legislam o Judiciário que julga e o executivo que executa.

Pode-se dizer que em Angola é um caso peculiar, onde o Conselho da República parece ser o Senado, a câmara o parlamento e o executivo fazendo as duas funções de judiciário e executivo. Depois aparece o parlamento da República, as Assembléias provinciais e municipais, como aparece ilustrado na figura 1, estrutura de poder atualmente em Angola.

Figura 1- Estrutura de poder atualmente em Angola.



Estruturado desta forma as relações de poder em Angola se dão nestas organizações de forma centralizada, mostrando que o país ainda precisa consolidar as instituições públicas para uma cultura democrática de tal forma

que a alternância de poder seja evidente. Espera-se que o centralismo possa dar lugar a democracia.

A descentralização das estruturas públicas é uma característica da democracia, que assim sendo possibilitaria que a relação de Estado com a sociedade civil seja mais participativa, permitindo a promoção dos direitos civis e conseqüentemente o bem estar social.

O processo em que se insere a senioridade nas organizações evidencia as relações de poder que deviam ser mais flexíveis, possibilitando a ascensão de outros grupos sociais ao poder de Estado.

1.3 Movimento Popular de Libertação de Angola, (MPLA), partido no poder.

O Movimento Popular de Libertação de Angola, (MPLA), é movimento partidário, político e militar no poder de Estado em Angola desde 1975; e sua estrutura política é quase a mesma que a do País. A figura 9 ilustra a atual estrutura política do MPLA.

Fundado em dezembro de 1956 em Luanda, o MPLA unificou cerca de vinte movimentos diferentes, recrutando seus militantes no meio sindical, operário e estudante. A constituição do MPLA responde a um objetivo: conduzir a guerra de independência contra Portugal. O movimento de orientação marxista se associou a dois outros movimentos que participavam desta guerra de libertação: a União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA), movimento dirigido por Jonas Savimbi e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

A independência foi adquirida em 1975, com a proclamação da mesma, permitindo a retirada do colonizador nesta altura, devido a uma assinatura dos acordos de Alvor. Um governo provisório foi encarregado de preparar eleições livres, a fim de dotar o país de instituições representativas. Os três movimentos de libertação participaram do acordo.

Defendendo idéias políticas fundamentalmente diferentes dos outros dois movimentos, o MPLA entrou em conflito aberto com seus antigos aliados. A guerra de libertação transformou-se rapidamente em guerra civil.

Esta guerra durou quase vinte anos. Muito rapidamente o conflito opôs o MPLA ao único movimento de Jonas Savimbi, em razão da perda de audiência da FNLA. No interior, tratava-se de controlar os recursos que permitiam financiar a guerra: se o MPLA controlava as reservas petrolíferas, a UNITA se assegurava quanto à diminuição da exploração nas minas de diamantes. No exterior, cada uma das facções tentava garantir aliados que influíssem sobre o desfecho do conflito.

Esta guerra civil tomou rapidamente uma dimensão internacional, reforçada pelo contexto de Guerra Fria da época. A UNITA beneficiou-se da ajuda direta do vizinho sul-africano, e garantiu o apoio dos Estados Unidos. O MPLA, que se proclamava de identidade marxista-leninista, foi apoiado por tropas cubanas, e recebeu a indulgência soviética durante o tempo que vigorou a guerra. Cada um dos beligerantes foi apoiado por uma superpotência, e controlava uma parte do território, dispondo de meios para financiar a guerra: o conflito abrandou, quando os dois se sentaram na mesa das negociações. O número de vítimas aumentou, entre 1983 e 1991, quando o conflito viveu sua fase mais crítica.

Mudanças no cenário político internacional colocaram um fim nesta guerra civil: a retirada das tropas cubanas, as novas relações entre as duas grandes potências, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos, e o desmantelamento da URSS, privaram o MPLA de seus apoios tradicionais.

O MPLA tentou se reaproximar do Oeste, que militava pela conclusão dos acordos de paz em Angola. Desde o início dos anos de 1990, o MPLA no poder engajou-se em um processo de negociação com o outrora inimigo. Os acordos de paz se sucederam desde 1991, alternando-se entre a retomada esporádica dos conflitos e a comemoração das eleições.

Certo é que o presidente Eduardo dos Santos e o líder da UNITA não conseguirão apagar os vinte anos de lutas em que se opuseram. A sua

associação à frente do Estado, efetiva a partir de 1996, não pôs fim definitivo à guerra civil mais sangrenta que a região já conheceu. Em 2001 com a UNITA já no parlamento angolano, Savimbi se negava a participar do governo, prometendo mais guerra, mas um ataque das forças nacionais pôs fim à guerra com a morte deste em combate.

Atualmente as relações de poder entre MPLA e UNITA no parlamento são amenas, e tudo se resolve a partir de conversações, os partidos de oposição também estão satisfeitos já que votaram todos da atual constituição.

O mapa a seguir na figura 2 apresenta o território angolano e seus limites fronteiriços.

Figura 2- Mapa Territorial e divisão administrativa de Angola



Fonte: Site do Governo Angolano.

CAPÍTULO II

A CULTURA DA SENIORIDADE NA PERSPECTIVA TRADICIONAL

2.1-Tradição Angolana

No capítulo dois relatou-se a cultura da senioridade na perspectiva tradicional.

O que é a cultura sênior na perspectiva tradicional?

A cultura da senioridade na tradição angolana se define pelo conceito de políticas nas comunidades aldeãs e passa pelo contexto da sociedade rural baseada na tradição oral, em que todo processo de aprendizado e transmissão dos conhecimentos se dão por intermédio da linguagem oral, inclusive a transmissão do poder do membro mais antigo para o membro mais novo. Falar sobre a cultura sênior é desvendar as relações de poder no seu contexto global e adentrar nos desdobramentos das relações sociais da República de Angola.

A palavra sênior originada da língua latina, quer dizer senhor. Na perspectiva que se vai apresentar aqui, caracteriza-se a cultura do senhor – sênior = senhor, isto é sênior aquele que adquiriu experiências ao longo da vida.

Pode-se afirmar neste capítulo que a cultura sênior na perspectiva tradicional influenciou as relações de poder no seio das organizações até aos dias atuais, uma vez que somente 40% da população angolana é alfabetizada e o restante não é, e trazem patentes os traços fortes da ancestralidade.

Na prática, se verificadas a convivência com a cultura europeia que aconteceu com o colono, há um choque de culturas: A cultura luso-europeia e a cultura tradicional oral. A cultura luso-europeia traz hábitos, costumes e modos de

organização social peculiares aos povos europeus, ao passo que a cultura tradicional oral recebeu uma imposição da cultura europeia.

Desde a formação dos reinos em Angola, passando pelo período em que Angola foi província ultramarina de Portugal, até a descolonização, viveu-se uma cultura baseada na senioridade, sem priorizar os novatos que se esforçam em adquirir conhecimentos, experiências com base em treinamentos.

A cultura da senioridade traduziu-se nas relações de poder configuradas no seio das organizações. É nelas onde a aristocracia (conselho de anciãos) exerceu o poder político. A estrutura política hierárquica do poder tradicional como representada na figura 3, colocou no topo da estrutura o Rei, que tinha a função de administrar o reino. O soba era e é ainda hoje um chefe político, mágico-médico e religioso tem poderes sobre a aldeia ou comunidade: o poder político de distribuir terras para os membros da comunidade, o poder mágico-médico de curar (kurandeiro)² e o poder religioso de intermediação entre os mortos e os vivos, como apareceu representado na figura 3.

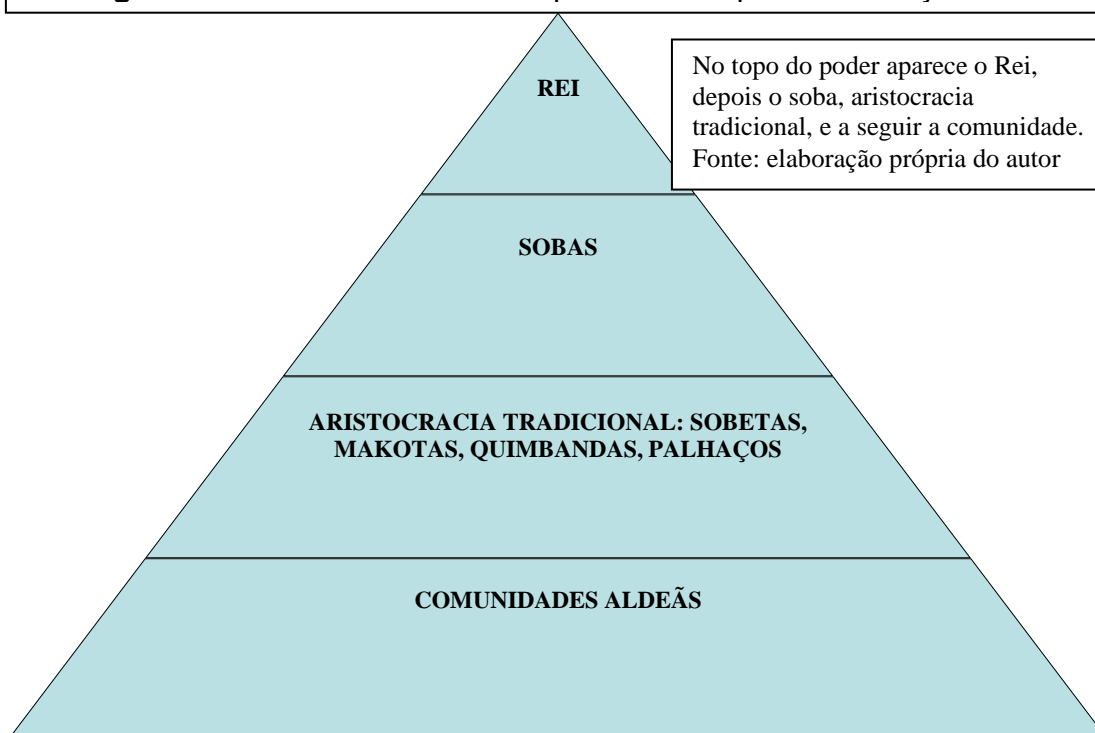
A história de Angola tem uma evolução não muito diferente de qualquer outro país africano. A mesma está marcada por três períodos importantes:

O primeiro período a ser relatado é aquele que aconteceu antes da colonização, em que os povos vindos do deserto do Saara se instalaram nas regiões da África Subsariana, organizando-se como aparece na figura número 2, onde habitam atualmente.

Figura 3- O Tipo de organização piramidal segundo Claude Lévi-Strauss.

²Kurandeiro é uma figura que na tradição oral é o médico tradicional que tem também funções espirituais. É na verdade um ervanário – mas ele também cura doenças do mal, provenientes do espírito, funções que normalmente além de serem de responsabilidade do Soba ou do Rei, podem ser desempenhadas apenas por um aristocrata da aldeia que tenha o status de poder na cultura. Para se obter status na cultura tradicional é preciso ter experiências em geral inclusive experiências espirituais

Figura número 2 – Estrutura de poder hierárquica na tradição oral



Entre os principais teóricos vinculados ao estruturalismo, podem se destacar: Roland Barthes, Michel Foucault, Jacques Lacan e, mais recentemente, Jacques Derrida, que deram às relações de poder e à senioridade uma sustentabilidade mais acentada nos acontecimentos sociais no seio das organizações.

Nos locais onde as tribos se instalaram haviam formado reinos fortes como o do Congo que era constituído pelos seus principais tributários ou reinos submetidos abrangendo Loango³, Kakongo⁴, Bata, Ngoyo⁵ e Ndongo⁶. Na mesma época, porém com diferentes características pela formação econômica

³ Sub Reino do Kongo

⁴ Sub Reino do Kongo

⁵ Reino e tribo do Ngoyo, na região austral da África Ocidental.

⁶ Reino e tribo do Kongo

e social do comunismo primitivo estava o reino da Lunda⁷, com os seus vizinhos Luba⁸ e Kazembe⁹, e as tribos Yakas¹⁰ e Bateke¹¹, bem como as do centro que praticavam a agricultura e as tribos do sul do país que desconheciam a agricultura e praticavam o pastoreio.

O Reino do Congo e o reino da Lunda foram os primeiros centros de formação econômico-social, dominando o modo de produção escravagista, em que o principal trabalho produtivo era feito por escravos ao passo que os principais beneficiários desses produtos eram a aristocracia, dona dos escravos, e os chefes administrativos das províncias e distritos. (MPLA, 1985, p. 12)

Sobre essa citação começou-se a evidenciar a formação de uma relação de poder dentro da cultura de senioridade nas organizações tradicionais de Angola, onde se enquadrou os aristocratas e os seus representantes tribais.

O segundo período aconteceu com o início da era colonial em “1482 quando os primeiros portugueses chegaram às costas dos territórios que seriam mais tarde a Pátria angolana, onde existiam formações econômico-sociais de grupos fortemente organizados” (MPLA, 1985, p. 12), o que permitiu analisar o domínio do modo de produção escravista, cujo principal trabalho produtivo era feito por escravos capturados em outros reinos.

A maioria era de família pobre originária da mesma tribo, servidora dos principais beneficiários do produto. Os donos dos escravos eram os membros da aristocracia e os chefes administrativos da província e os distritos. Neste período inicial da colonização as primeiras manifestações entre as autoridades locais e portuguesas deram-se na base de relações cordiais.

Começou-se a introdução do cristianismo e o início de uma nova cultura, onde se registrou as alterações dos nomes de pessoas e localidades, tendo como exemplo a mudança do nome do Rei do Congo, passando de Manikongo¹² para D. Afonso I e a capital M'banza kongo¹³ para São Salvador. Foi neste momento

⁷ Sub-Reino do Kongo

⁸ Reino do Luba – tributário do reino do Kongo

⁹ Reino do Kazembe

¹⁰ Povo Tribo, Região onde Moravam estes povos.

¹¹ Povos da Região de Angola que depois emigraram para o norte do Kongo

¹² Rei Reino do Kongo na África subsariana. Arbitro da Federação do Reino do Kongo

¹³ Reino Africano, durante o período pré-colonial.

que Angola mergulhou na inserção de uma nova cultura luso-europeia, ficando com isso, impedida de suas manifestações culturais.

E tantos outros nomes foram inesquecíveis, que fazem a História de um povo que se nega a ser escravo.

De realçar que o avanço português foi devido à desunião que conseguiram criar entre os angolanos. No entanto só cerca de 1900 é que eles conseguiram controlar toda extensão deste vasto território que constitui hoje a República Popular de Angola – RPA e que tanto tinham feito para arruinar, mesmo depois de 1900 os angolanos continuaram a resistir ao domínio português. Foram quase quatro séculos de feroz opressão e exploração. (MPLA¹⁴, 1985, p. 13)

Foi visível a resistência dos angolanos quanto à perda da sua identidade e a imposição da nova cultura luso-europeia, que visava ofuscar os padrões tradicionais daquele país. Tanto que o processo de descolonização durou Cinco séculos. Foi neste contexto que se desdobra as relações sociais baseadas na senioridade, onde o colonizador desempenhava a função de senhor e o autóctone a função de servente - resumindo-se em tese a relação de poder entre colonizador e autóctone, ou seja, ficou invertida.

Neste período, os angolanos buscaram reorganizar a sua estrutura cultural, social, a formação e consolidação de movimentos políticos de luta pela libertação territorial. Os relatos seguintes configuraram-se nos períodos da formação de consciência que resultaram na proclamação da independência.

O terceiro período foi caracterizado pela independência e transformação dos movimentos de libertação até a consolidação de partidos políticos, bem como a formação do Estado angolano que fez ressurgir o sentimento de resgate cultural que havia se perdido com a colonização. Na colonização adquiriu-se uma cultura cuja essência estava no nepotismo, patrimonialismo, clientelismo, paternalismo, resumindo numa tecnocracia totalitarista.

A independência angolana fez ressurgir antigos sentimentos costumeiros da cultura tradicional oral expresso no patrimonialismo, nepotismo, totalitarismo, e toda relação social baseada no poder tanto do colonizador e dos autóctones.

¹⁴ Movimento Popular de libertação de Angola, que durante a luta pela Independência – proclamou a Independência em 11 de Novembro de 1975.

Segundo Chantebout (1977)

Cada oligarquia tem, pois, um projeto de organização social concebido com o objetivo de permitir à sociedade realizar a meta que esta mesma oligarquia persegue e que considera como sendo – ou como devendo ser – objetivo primordial do corpo social inteiro: a maior glória de Deus, para o clero; a absoluta segurança da nação, para o exercito; o crescimento do produto nacional, para o patronato; a maior justiça social, para os sindicatos..(p.11).

Por toda esta realidade, a cultura da senioridade na pós-independência ficou mais identificada nos indivíduos, nos líderes dos movimentos que participaram nas lutas de resistência e de libertação do país, apontando para isso, que o poder político depois da independência era das Forças Armadas, cujo poder de soberania se instalou em um núcleo que se passou a denominar de “micro poder”.

Dentro da sociedade angolana tem-se o Estado, onde o poder era do povo, mas gerido por um pequeno grupo que era representado pelo “micro poder”- seguindo-se do Birou político¹⁵, Comitê central e organizações de massas, estrutura política montada pelo governo do Partido do Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA, que está no poder desde 1975, altura que se proclamou a Independência de Angola.

O micro poder passou a representar a nação angolana. A nação angolana agora tem outros elementos culturais além dos já existentes, que era a língua nacional e a portuguesa, pois agora tem um elemento cultural lingüístico trazido pelos portugueses como colonizadores, agora é a nação portuguesa do ultramar, ou seja - fora da Europa. Angola na verdade passou a ser única e unida falando a mesma língua – o português, mas os autóctones passaram a falar as duas línguas, a sua própria língua denominada agora língua nacional, e o português, como língua oficial. Em tese uniram-se vários grupos lingüísticos, que são nações lingüísticas como sustenta (Hobebawum 1996). A inversão dos

¹⁵ Birou Político é o topo da estrutura de poder piramidal – a estrutura de poder piramidal é conhecida como organização piramidal, ou seja, em forma de pirâmide, característica da estrutura do Estado moderno.

valores é que as unidades lingüísticas até então existentes passaram a ser chamadas de tribos lingüísticas, e não mais nações.

2.2 A importância da idade cronológica no Reino

A importância da cronologia no reino tinha e continua tendo um papel fundamental dentro dos grupos sociais que começava basicamente na aldeia (ambiente rural), em que se encontram os sobas, os sobetas¹⁶, os regedores, os macotas¹⁷, os quimbandas ou feiticeiros e os palhaços formando a chamada autoridade tradicional. É por intermédio deles que se transmitem todos os conhecimentos orais da cultura tradicional, traduzidos em experiências e sabedorias (arte, pintura, dança costumes, circuncisão, alimentação, histórias...).

Na cultura bantu africana tradicional, a tradição oral não representa apenas uma forma de passagem dos conhecimentos, mas representa uma cultura própria dos povos de uma região africana. Um dos pontos que se pode destacar dentro dessa cultura é a valorização dos idosos, pois são eles que possuem o dom e a tarefa de transmitir os conhecimentos recebidos aos mais novos da comunidade. Na sociedade de tradição oral como na maioria das sociedades africanas, os velhos são alicerces da vida na aldeia. Diz-se, além disso, que uma aldeia sem velhos é como uma cabana roída por cupins. (LUANDINO, 1982, p. 18).

Os Sobas representavam o elo entre o passado e o futuro; são eles os responsáveis pelos ritos de iniciação, desempenham funções de árbitro na aldeia ou no reino, são apaziguadores de conflitos territoriais e familiares. Esses se responsabilizavam com a ordem social local, com o comportamento dos membros da comunidade, com os indivíduos viajantes ou estrangeiros que atravessavam seu território, ou que se fixavam nele. Recebiam do soba à atenção os membros da comunidade em estado de pobreza, falidos, doentes e

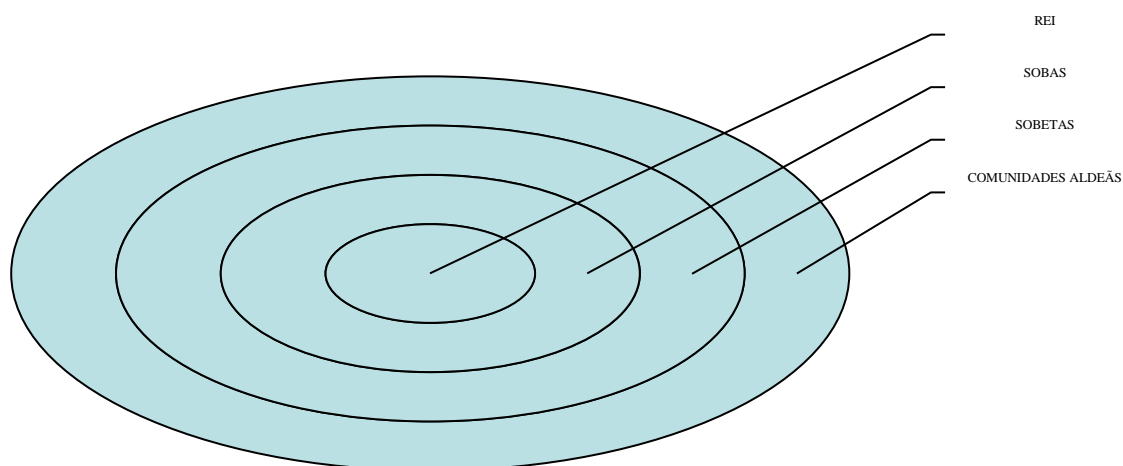
¹⁶ Subchefe de Tribo ou subtribo.

¹⁷ Aristocratas na sociedade tradicional Africana.

indigentes de modo geral, como ilustrado na figura 4, a estrutura do poder nos reinos africanos.

Os sobetas, regedores, macotas, quimbandas ou feiticeiros constituíam a classe da aristocracia, coadjuvando o soba em todas as funções a serem desempenhadas com eficácia. Quando eram emitidas ordens pelo soba, passava pelos sobetas chefes de aldeias e chegavam aos regedores chefes de comunidades, os macotas e os quimbandas ou feiticeiros¹⁸ eram os indivíduos que faziam cumprir e os palhaços tinham a missão de acompanhar e verificar o andamento das diretrizes.

Figura 4 - Relações de poder hierárquicas entre os autóctones.



Ficou, no entanto delineada a posição que configura a relação de poder, demarcando a classe sênior que se inicia com um ritual quando o indivíduo atinge os 45 anos de idade.

¹⁸ Bruxos na sociedade Africana

Só se é soba, sobeta, regedor ou aristocrata de um modo geral, quando se descende da linhagem a que se corresponde. Vale ressaltar que dentro dessa estrutura de poder o descendente direto é o sobrinho do lado materno, portanto a sociedade é matrilinear. Na sociedade matrilinear só a ascendência maternal é considerada, isto é, valorizam-se mais os filhos de uma irmã em detrimento de seu próprio filho.

Segundo a CONSTITUIÇÃO GERAL DE ANGOLA. 2010, Artigos 245º. Ponto 2.

O Tribunal de família pode recorrer às autoridades tradicionais e delas obter o seu concurso como juízes de paz para dirimir conflitos familiares nas aldeias, bairros, comunidades e lá onde o respeito pela autoridade moral do poder da tradição e o direito consuetudinário se manifestam mais eficazes que o direito positivo na administração da justiça e na salvaguarda da dignidade da pessoa humana.

Sobre essa afirmação a Constituição angolana levou em consideração a autoridade tradicional como símbolo de poder nas relações sociais.

Aos mais velhos foi-lhes outorgado o poder de resolução dos problemas e questões da comunidade de todos os tipos. Foram-lhes também outorgados poderes religiosos, médico-mágico, jurídicos, econômicos e está-lhes incumbida a função de manter a cultura de seu povo de modo a transmiti-la por intermédio de sua experiência de vida aos mais novos. É através dessa arte de fazer e de contar que se transmite a cultura e os costumes de geração para geração. Essa transmissão na oralidade constitui um laço vital que uni os antepassados aos vivos.

2.3 O encontro da cultura angolana com a cultura luso-europeia

O contato com a cultura ocidental colonizadora e a cultura africana, mais precisamente a cultura luso-européia com a cultura angolana deixou marcas profundas que fizeram com que o colonizado se colocasse numa posição de inferioridade e qualificando sua cultura oral de primitiva.

Entretanto, com a entrada da nova cultura, e nova língua passou a vigorar uma grande influência na questão sócio-religiosa, onde os seniores viram com o tempo e com a urbanização suas crenças a serem relegadas ao segundo plano, até mesmo marginalizadas e como se não bastassem suplantadas pela cultura do colonizador, aqueles perdem, em suma, seu prestígio que descendia da época da ancestralidade.

Do ancião que teve de prestar serviços na cidade foi-lhe retirada à função social de – soba, sobeta, regedor, aristocrata tradicional, que representava na comunidade de origem, onde detinha um lugar de prestígio. Ele passou para a condição de abandonado, de mísero, de faminto, e a enfrentar solidão dentro da urbe. O sênior ficou desfigurado, com “a cara magra e chupada de muitos cacimbos¹⁹” (LUANDINO, 1982, p. 4).

Ainda assim, o colono não conseguiu matar toda a cultura que estava fora do espaço urbano - mundo rural, bairro e aldeia onde os anciãos, sobas, sobetas, macotas, quimbandas ou feiticeiros e palhaços continuaram a desempenhar seus papéis.

Praticamente na aldeia os costumes continuaram a ser pregados pelos sobas, e a realidade disso é que a língua materna (nacional) continuou sendo ensinada.

Segundo Luandino (1982)

Saindo do espaço urbano para o rural, vê-se que nas sanzalas, aldeias e/ou quimbos²⁰, cabe aos velhos-sobas, macotas, quimbandas ou feiticeiro a função tutelar de preservação dos valores comunitários, mesmo que acima deles esteja à autoridade administrativa branca, no viver cotidiano de tais agrupamentos sociais, ao velho cabe a resolução dos conflitos do dia a dia. Sempre que se ameaça a estabilidade do grupo, o primeiro nível de poder é convocado é o da autoridade autóctone, normalmente exercida pelos mais velhos. (p.7)

Diante desta realidade de encontro de culturas, primeiro sobre a importância do ancião dentro da cultura bantu africana de tradição oral e segundo com a influência da cultura luso-européia em Angola, fez com que se perdesse a

¹⁹ Cachimbo – denominação genérica de um instrumento para fumar

²⁰ Aldeia – Lugarejo com habitações rudimentares, no meio do mato.

valorização e entrasse a corrupção da figura sênior. Até aos dias de hoje perdeu-se a identidade cultural. O ancião que deveria ser o guardião dos conhecimentos ancestrais, não consegue manter sua função exata, ficando em meio ao caminho, ou seja, não muito para sua cultura e nem totalmente para a cultura do colonizador.

Na conjuntura atual, os valores culturais adquiridos no choque de ambas as culturas revelaram que prevaleceu à cultura luso-europeia como predominante devido à pressão que impuseram às culturas encontradas. Em alguns casos a tentativa de resgate da cultura tradicional oral tem sido uma constante, na busca de uma identidade política que se diferencia da cultura luso-europeia.

Na conferência de Berlim a divisão territorial que se fez da África levou em consideração apenas os valores econômicos traduzidos no mercantilismo, que era o objetivo primário que os europeus tinham com o mundo naquele contexto, sem considerar que com esta visão estavam a destruir e separar ao mesmo tempo nações que se constituíam em torno da língua. No entanto com a divisão geográfica o mesmo grupo, ou reino repartido, ficando em países diferentes, dificultando com isso uma possível reação de reorganização cultural, social e política que os tornasse mais coesos em seus propósitos.

A tentativa de resgate da cultura africana, das nações divididas linguisticamente tornou-se um problema de identidade para os povos do continente, visto que a aquisição de hábitos culturais exógenos que não foram apenas de um mesmo povo da Europa, mas sim dos vários Estados que confluíram em África, fizeram com que os autóctones não tivessem possibilidade alguma de saber onde começar para se reerguer novamente.

Quando os colonizadores queriam negociar homem e mercadorias, o povo africano procurava resgatar seus valores culturais baseados na etnicidade que até certo ponto dá maior identidade de pertença. São esses valores culturais que hoje buscam incessantemente, mesmo sabendo à priori que se rema contra a maré.

Enquanto a cultura luso-europeia nasceu de um processo que conduz ao poder político, sobrepondo-se as diferenças culturais para convergir os grupos étnicos, na cultura africana particularmente em Angola os grupos étnicos divergiram porque foram divididos em territórios geográficos baseados no valor econômico.

O problema das nações africanas foi então às divisões que se fizeram na conferência de Berlim. Nela nações lingüísticas foram divididas e impôs-se-lhes uma nova língua, como no caso específico de Angola, em que o português passou a ser a língua oficial, sobrepondo-se as línguas nacionais.

As conseqüências deste processo de mudanças levaram ao enfraquecimento do poder político da tradição oral, tudo passou a ser decidido, a ser traçado, orientado e por fim a ser cobrado pelo colonizador. As autoridades tradicionais ficaram suplantadas, foi-lhes retirada a possibilidade organizativa, a condição de criadores de seus hábitos e costumes e ficaram passivos, espectadores da realidade que se lhes impunham tal como queria o colonizador.

Nos dizeres de (BARROS E PRATES, 1996) que “como os líderes não são punidos, sua posição de poder fica fortalecida e isso aumenta a consistência entre os traços do subsistema institucional, quais sejam o formalismo e a postura como espectador”.

2.4 A Cultura da Senioridade na configuração das organizações e nas Relações de Poder em Angola

A Cultura da Senioridade na configuração das funções nas organizações e as Relações de Poder em Angola definem-se no que é a cultura e os costumes da sociedade civil no seio das organizações que serve de referência para a investigação científica do conteúdo síntese desta pesquisa. Esta pesquisa é o resultado de uma análise crítica que se fez à cultura angolana no período cronológico de 1974 a 2010, particularmente entre a independência e a atualidade.

As relações de poder em Angola se deram e se dão no seio das organizações, define as instituições públicas e privadas circunscritas na tecnocracia, característica típica da gestão governamental praticada em Angola.

Essa gestão é na prática, a administração do erário público onde se localizam grupos sociais e procuram se perpetuar no poder político e nas estruturas sociais descritas nos conteúdos bibliográficos de Levis Strauss.

O poder político em Angola estava e está verticalizado, e a cultura da senioridade é uma característica típica das organizações. O tipo de

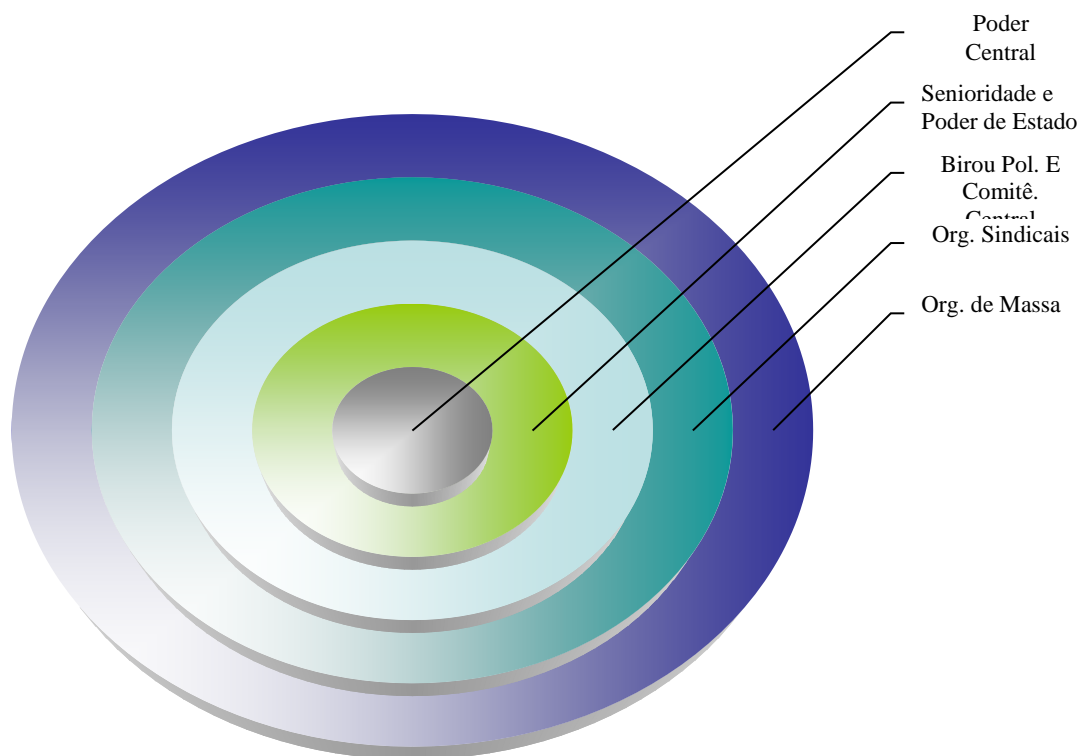
organização que se desenvolveu em Angola do período colonial aos dias atuais obedeceu a um tipo de organização social tradicional oral, passando pelo período pré-colonial, colonial e complementou-se a elementos culturais externos e culminou com o período pós-independência, que se tornou característico para a organização da sociedade.

Falar da cultura da senioridade significa dizer que para se identificar a senioridade partiu-se do princípio de que na sociedade angolana as relações sociais se dão nas relações de poder, no seio das organizações. A hierarquia entre colonizador e autóctone se deu de forma conflituosa no primeiro momento da chegada dos colonizadores, mais tarde instituiu-se um sistema de colonização indígena. O sistema de colonização indígena foi governado pelo denominado Regime Indígena, um sistema colonial no qual a exploração econômica, o abandono cultural e a repressão política vigoraram até 1961. Em 1951, o status oficial de Angola passou de colônia a província de ultramar segundo (Bender, 1978,p.48).

Durante a década de 1950, surgiu um movimento nacionalista. Em 1961, iniciou-se um confronto guerrilheiro contra os portugueses e, em 11 de novembro de 1975, Angola conseguiu sua independência.

No capítulo seguinte relataram-se as relações de poder nas organizações públicas e privadas, resumidas nas relações sociais entre as empresas públicas e empresas privadas.

Figura 5- Estrutura de poder baseada na visão da senioridade em Angola.



Estrutura que se apresenta na visão dos seniores angolanos.

CAPÍTULO III

RELAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS NAS ORGANIZAÇÕES

3.1 Relações de poder nas organizações públicas

No capítulo três retrataram-se as relações sociais e políticas nas organizações. As relações de poder que nasceram nas organizações públicas definem o perfil das instituições públicas que se formaram no período da independência.

O que vem a ser relações sociais e políticas nas organizações?

A cultura da senioridade tem impacto marcante na sociedade angolana como ficou demonstrado ao longo da pesquisa, pelo que não é diferente no período da independência do país. O surgimento do Estado angolano imperiosamente teve sua origem na estrutura de poder montada durante a colonização e a necessidade de manter ou formar novas instituições que representassem os interesses patrimonialistas, ou corporativistas, que não se perdessem na estrutura social da tradição oral que foi interrompida com a chegada do colonizador.

Os grupos sociais formados no seio das organizações, na pós-independência criaram uma cultura voltada na senioridade, onde as relações de poder se deram através de interesses e vontades que estavam sob o controle do partido onde se expressaram o patrimonialismo, paternalismo, nepotismo e o clientelismo desembocando na vida social das empresas, dos sindicatos que passaram a representar a autoridade.

Para Lukes (1976)

John Stuart Mill, deixa sua visão de que “uma sociedade política permanente exigia o sentimento de felicidade, alguma coisa que é fixa, alguma coisa permanente, e que não deve ser questionada”. Assegura ainda que “não havia, e não houve nunca, em um estado da sociedade no qual as colisões não ocorressem entre os interesses e paixões imediatas de poderosos setores do povo. Portanto, o que permite a sociedade enfrentar essas tempestades entre outros é “o fato de que por mais importante que sejam os interesses que provocam a discórdia entre os homens, o conflito não afeta os

princípios fundamentais do sistema de união social que existe.
(p. 850)

O Estado angolano com a proclamação da independência delineou objetivos para as organizações livres da colonização e livres de suas seqüelas, que os funcionários tivessem a consideração que lhes é devida por merecimento, e por suas histórias. Mas apesar da opção ideológica que o país pretendeu seguir, ficaram brechas que permitiu visualizar o convívio do tradicional com o poder político imergente.

Na visão de Lukes (1976)“o poder político impõe responsabilidades e limitações” (p. 63), e nas relações sociais, circunscreve o poder que acaba se consolidando e se corporativizando de forma geral, obedecendo à estrutura social montada para atender os interesses nacionais. Os interesses nacionais são aqueles desejos do micro poder instalado desde o período da independência: a independência de Angola foi proclamada em meio a um conflito político nascido do governo de transição, onde a principal discórdia era de quem seria a autoridade máxima do país, quem iria impor suas vontades ao restante da população de Angola.

Entre a autoridade tradicional e o poder político, impõem-se todos os tipos de obrigações, responsabilidades e limitações aos superiores em suas relações com os inferiores, circunscrevendo dessa forma seu poder e dirigindo-o para o interesse nacional. (LUKES, 1976, p. 842)

Para a preservação dos interesses, tornou-se indispensável o surgimento de uma oligarquia cujos desejos representassem a satisfação do momento que a sociedade vivia. Este fato não era outra coisa senão, o aparecimento do governo que se pretendeu forte e coeso, capaz de dirigir os destinos da sociedade.

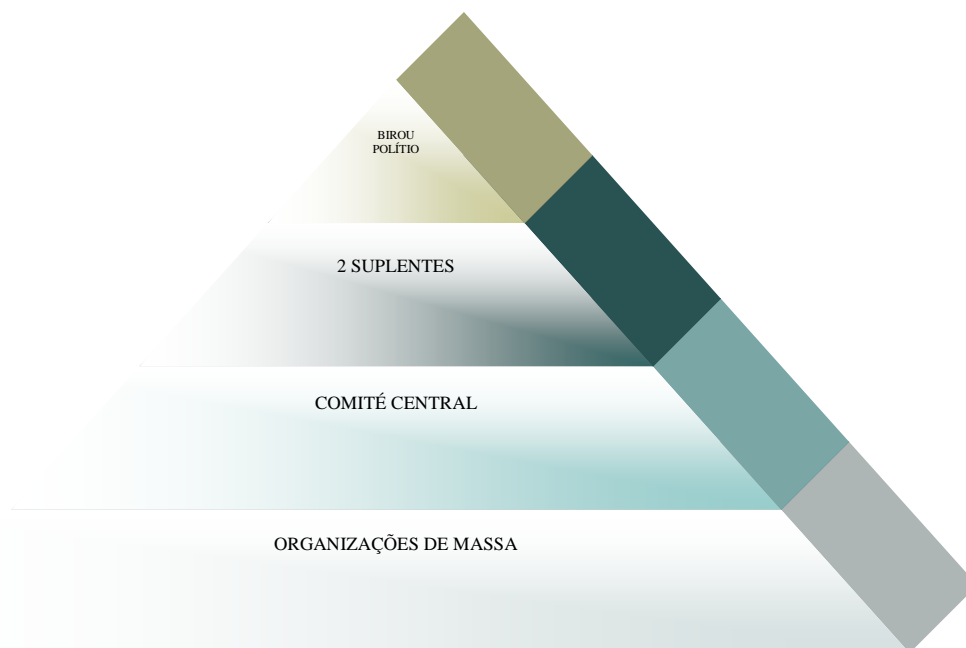
A República de Angola até 1979 tentou implantar um sistema de governo que colocava os interesses nacionais em primeiro lugar. O governo tinha uma administração que atendia a nação, ao contrário do governo montado após esse período. Ou seja, havia um projeto de nação voltado aos valores culturais que deveriam culminar com a consolidação de uma nação rica e coesa.

A partir de 1979 com a morte do primeiro presidente de Angola incorporou-se a esse projeto um projeto de poder baseado no individualismo. O objetivo inicial do projeto de nação ficou em segundo plano, instaurou-se uma ambigüidade verificada no interior das organizações. O que diferenciou os dois governos foi às metas estabelecidas no I congresso extraordinário do Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA, realizado em Dezembro de 1979.

A principal meta da mudança era a delegação de poderes ao partido através da estrutura de poder baseada na verticalização do poder, onde o Birou Político era o organismo mais alto da hierarquia política do poder na República Popular de Angola, depois o Comitê Central e a seguir as organizações de massa, isto para dirigir os destinos da nação angolana. Era no partido que saíam as orientações para o governo, ou seja, instituiu-se oficialmente o sistema de partido único a partir daí.

A estrutura montada no governo obedecia à estrutura do partido. Implantou-se um sistema de partido único, que se resume praticamente no projeto de poder acima relatado. Antes havia um projeto de nação que pretendia enquadrar todos os núcleos lingüísticos existentes em Angola. Assim, os outros partidos ficaram na clandestinidade diante da legalidade que tinha sido implementada no sistema de partido único.

Figura 6- Estrutura de poder de Partido único



Nesse contexto, os outros partidos ficaram fora do jogo político; obrigados a agir contrários às políticas estabelecidas pelo governo, já que era o partido quem mandava no governo (o MPLA). Para se alcançar função de membro do Comitê Central do governo, era necessário ser membro do Comitê Central do partido.

“A estrutura de poder é conhecida como vertical” segundo Norberto Bobbio (2005), como ilustrada na figura 6.

O partido emprestou sua estrutura de poder para o Estado, no período em que Angola vivia o sistema de partido único. O Estado passou a ser visto como uma extensão do partido. Todos os indivíduos que desejavam ser promovidos - sejam grupos políticos, associações de empresários, ou organizações públicas e privadas tinham que se filiar ao partido para atuarem dentro da esfera pública ou privada. Ser do partido é condição “*sine-quantum*²¹” para ser reconhecido

²¹ Expressão que significa – o mesmo que – sempre que – da mesma forma que - etc

como participante da estrutura política montada. Assim, o “*stus quo*” montado se mantém seguro, sem correr o risco de ser desestruturado.

“O governo, não deve apenas proporcionar a estrutura para a busca dos interesses individuais, mas procurar promover o progresso mental geral da comunidade” e procurar “organizar o valor moral, intelectual e ativo, já existente”. Muito embora essa visão não deixe de ser um “socialismo com ressalvas”. (LUKES, 1976, p. 851)

Tudo mostra como a nação que estava a nascer, correspondia com as expectativas de todo o povo e assim as relações sociais aconteceriam na aliança operário-camponesa, estrutura de poder que vigorou no período pós-independência (1975 a 1979), passando a idéia de igualdade para a sociedade que os idealizadores pretendiam ser socialista, como ilustrado na estrutura de poder no sistema de partido único vivido em Angola entre 1975 a 1992, figura número 6.

De 1975 a 1979 idealizou-se um projeto de nação que não se concretizou do então presidente António Agostinho Neto, Fundador da Nação e primeiro presidente da República. Com a morte deste o MPLA realizou em 1979 um Congresso Extraordinário para indicar o sucessor do cargo que ficou em vacância e chegou-se a conclusão de que quem deveria ser o presidente da República seria o camarada José Eduardo dos Santos.

Ao tomar a presidência Eduardo dos Santos instaurou o socialismo de ressalva com base nas idéias de que tudo era do povo, quando na verdade, o poder estava verticalizado, e as instituições dependiam do micro poder.

O micro poder era representado pelo ministro que é membro do Comitê Central como sustentou em seu livro Wanhenga Xito²², ou seja, o Ministro era apenas a extensão do poder político do presidente.

Na Perspectiva de Hegel segundo demonstrado por Lukes (1976):

“o indivíduo encontra sua libertação nas esferas diferenciadas da vida ética” isto é, na família, na sociedade civil, onde existe esfera interdependente do auto-interesse econômico e o Estado. A sociedade civil, que inclui organizações privadas se

²² Wanhenga Xito – Nome Tradicional do famoso escritor angolano chamado **Mendes de Carvalho**. O escritor é conhecido na literatura angolana pelo seu livro – O Ministro, onde faz referência ao poder dos Ministros nas suas relações com a sociedade civil.

entregue a si mesma leva à degeneração física e ética. Já só pode desempenhar seu “papel como a manifestação racional concreta da vontade humana contendo dentro de si mesma uma sociedade civil diferenciada” organizada e com um governo capaz de respeitar as leis vigentes e fazer interagir a relação social e de poder. (p. 853)

Torna-se visível a partir desta constatação que a opção socialista adotada no período pós-independência em Angola não resultou numa melhora das condições econômicas, sociais, e espirituais capazes de produzir auto-estima aos indivíduos, o que é realidade na sociedade atual. O exemplo pode ser visto no conflito social que se tornou visível nas organizações: facções políticas que acabaram se estruturando no seio do Estado, dos partidos políticos, das empresas, dos órgãos sindicais e das instituições públicas e até no próprio micro poder.

O micro poder em Angola se localiza no topo da estrutura política, que é constituída pela presidência da República, a Casa Civil e a Casa Militar, ou seja, é na presidência da República onde se distinguem os Três poderes: legislativo, judiciário e o executivo. Assim como foi visto no capítulo anterior, tal como na estrutura política tradicional, o soba e sua aristocracia exerciam um poder que se refletia apenas no topo da estrutura, acabou sendo regra na atual estrutura política governamental: A presidência da República constituída pela casa militar e a casa civil são a essência do Estado angolano. É ali onde se notam nobreza laica que se sobrepõe ao resto da sociedade.

Na história das grandes civilizações ficaram anotados relatos indicando o processo de relacionamento entre a nobreza e o clero na idade média, que se converteu num processo chamado de senioridade, em relação à experiência que a nobreza e a igreja viveram no mundo antigo. Este processo inspira as relações sociais de poder político encontrado na atual República de Angola, pois é ali onde se originam as leis que comandam o país. A presidência da República, a casa militar e a casa civil constituem na verdade o micro poder que impõe sua vontade ao povo.

Uma constatação dessa realidade foi quando em 1575 a nobreza decidiu terceirizar a terra e arrendá-la; as relações de poder com o clero naquela sociedade se converteram num mundo de submissão, em que a delegação de

poderes se fazia mais pelo clientelismo, do que por capacidades demonstradas através do saber como relata Ginzburg (2001)²³.

Segundo Chantebout (2001):

Destaca-se que o poder pertencia à nobreza e Hugo Capeto era o representante direto da nobreza e do clero ao mesmo tempo, para afirmar que o Estado era ele, dizendo “Eu sou o Estado” se referindo as instituições públicas que tinha criado em torno dele. Ele tinha sob seu controle as forças armadas, e o erário público, por isso se achava no direito de dizer que ele era na verdade o próprio Estado. (p. 23)

Também BOBBIO (2000), diz o mesmo sobre a origem dos três poderes, “que a posição do clero, da nobreza e da sociedade, no mundo contemporâneo, aparece sempre nas relações de poder baseadas no clientelismo, nepotismo, autoritarismo, e no paternalismo” (p. 45).

Em Angola parece haver coronelismo, não nos moldes em que ele aconteceu no Brasil, mas dir-se-ia que o coronelismo angolano pode ser observado nas relações de poder entre a sociedade civil e a corporação militar, que sustenta a idéia de que, quem manda na verdade em Angola são os militares que têm na cabeça do Estado, uma figura pública a quem eles denominam comandante em Chefe das Forças Armadas angolanas, que é o presidente do país.

Assim como na Igreja, na sociedade civil, ou nas instituições públicas e privadas não foge a regra, que reconheçam a figura do atual chefe de Estado angolano como o poder máximo do país. E este por sua vez detém o poder no seu modo totalitário, cujo exemplo se espalha para todas as organizações existentes no país, onde os ministros, diretores, delegados, etc., são eternos com autoridades sem possibilidades de serem questionados.

“O poder como a habilidade de assegurar seus próprios objetivos através do uso implícito ou explícito da força”.(KHANDALLA S/D)

²³ Em Queijos e Vermes Ginzburg afirma ser a sociedade – que faz a relações de poder –m acabar de ser estruturado

Sobre a habilidade implícita da força, pode-se afirmar categoricamente que é a ela que recorrem todos os dirigentes da sociedade quando questionados. Usam a força para se desvencilhar de problemas que os comprometem.

Tal como na sociedade tradicional, na nova classe do governo, são considerados seniores aqueles cujo passado lhes dá o direito de exercer o poder da força para preservar o *status quo*, dado que a configuração das funções assim o determinou em algum momento da história política do país, tornando-os homens honrados pelas façanhas militares, e que substituí-los seria levantar antigos rumores de guerra nos dizeres de Chantebout (1978).

Os coronéis, generais, e os ministros mais consagrados são vistos como insubstituíveis, porque na verdade são eles os verdadeiros autores das conquistas que Angola vive socialmente na atualidade. Ou seja, se há paz é graças a esses generais que lutaram pela independência do povo e se acontecer guerra também são eles que a fazem, porque não concordam muitas vezes com a forma que é feita a regra do jogo político do exercício do poder, são eles em suma, que têm o poder político em suas mãos, são os mesmos que se colocam no exercício da senioridade no seio das instituições públicas e privadas, conseqüentemente são eles que dominam a política e fazem a tecnocracia do governo andar: - O Estado são eles – eles são o poder político que se posicionam na direção do Estado, comandando tudo e todos.

Assim, as relações de poder na sociedade angolana podem ser vistas com maior peso de expressão não no seio da sociedade, mas sim, no seio de um pequeno grupo que detém o poder, grupo cuja cabeça está o chefe de Estado.

É na gênese do Estado em que se encontra a ambigüidade das relações entre o poder social e o poder governamental que o príncipe é investido do poder de repressão; ele dispõe da polícia, exército e dos meios financeiros com a missão de promover a disciplina no interior do grupo dominante e é colocado em relação a cada um desses membros numa situação de superioridade para com todos; seu papel fundamental é firmar a dominação na sociedade (CHANTEBOUT, 1978).

A figura sênior investida de poder máximo no interior do micro poder é do presidente da República assim como afirma Chantebout.

Em vigiar e Punir, Foucault (1978) se refere ao “Estado como uma instituição que vigia e pune, seja no próprio micro poder, ou na sociedade” (p. 67), é ali onde se expressa a senioridade refletida no grupo micro como aparece na literatura de Micro-física do Poder de Foucault (2001)²⁴.

O autoritarismo que se vê em Angola neste momento, visualizado nas relações de poder entre o Estado e a Sociedade define bem a atitude do micro poder que se encontra no centro do Estado.

O Chefe de Estado, o seu gabinete, a casa civil e casa militar constituem o micro poder do Estado, as forças Armadas, os ministérios e outras instituições públicas e até privadas dependem desse micro poder, mas representam a extensão do poder político demandado por esse grupo. É de realçar que o Partido MPLA seja no parlamento, seja no governo é uma extensão do poder, “que vigia e pune em nome do micro poder” (Foucault 2001, p. 67).

A influência da política transcende fronteiras, pelo que o exemplo da organização de um país serve para muitos como exemplos:

O caso dos Estados Unidos ao se relacionarem com o mundo é visualizado como um micro poder global que se estabelecem na política internacional. Quando em 2003 o Iraque foi invadido, à revelia das Nações Unidas os Estados Unidos da América do Norte mostraram que eles são o poder, e que o resto do mundo era apenas uma extensão desse poder. O que Foucault chamou de micro poder no livro Micro-física do Poder, Hannah Arendt chama de extensão de poder mundial.

O verdadeiro poder mundial são os Estados Unidos da América, representado pelo Chefe da Casa Branca. Assim quem exerce o cargo mais alto dos Estados Unidos da América se torna atualmente como o homem mais poderoso do mundo, não só em termos político e bélico, mas também em termos econômico, poder financeiro e poder de persuadir o resto do mundo.

Neste caso, o conceito de senioridade que se enquadra totalmente na sociedade angolana é aquela identificada nas relações de poder entre os detentores do poder que estão na cidade alta (poder concentrado em volta do Chefe de Estado angolano) e o resto da sociedade, entre o futoingo de belas e a sociedade em geral, ou seja, o futoingo de Belas era que mandava na

²⁴ Foucault se refere a Micro-física do poder para ilustrar o poder de Estado como uma Ferramenta que os homens usam para se organizar na forma de Hierarquias

primeira República e agora é a Cidade Alta quem manda, é assim que está organizado o poder.

Pois na medida em que alguns grupos que inseridos nesse micro poder não mais reconhecem a figura do Chefe de Estado são execrados, isto é, afastados desse micro poder, ou quando cometem delitos políticos, ou se afastam dos costumes clientelistas existentes no seio do micro poder, mesmo que fosse a situação de nepotismo que os tivesse colocado naquelas funções configuradas, são automaticamente afastados, e muitas vezes punidos com a própria vida, ou simplesmente afastados para nunca mais terem chances de fazer parte desse poder que é micro.

É assim que as relações de poder que se encontram no seio do Estado são reconhecidas e visualizadas nas pessoas seniores, ou seja, nessa senioridade verdadeiramente está contido um poder cuja situação remete a posição do chamado direito costumeiro, em que mesmo sem leis formais tornou hábito de que a experiência é a mãe da sabedoria, e só poderá ter sabedoria aquele que tem experiência e como a experiência só se adquire com o tempo, logo só os mais velhos serão seniores e assim só eles devem ser consultados quando o Chefe de Estado (senhor máximo da situação) entender que tem que fazer mudanças entre os membros para os cargos de direção. Quando afastados do poder significa então que devem ser isolados, ou acabar com a influência que exerciam na sociedade, porque acabando com eles ou afastando-os do poder é o mesmo que reduzi-los a míseros sem nenhuma autoridade junto do Estado, visto que o poder investido neles lhes foi retirado; pois são eles, os inseridos no micro poder, referenciado na obra “vigiar e punir”, “Origens do Totalitarismo”, no “absolutismo de Hobbes”, na “Democracia de Bobbio” e nas “expressões de Max Webber”.

O poder é indivisível, segundo Thomas Hobbes.

Pois, é esse poder que os grupos sociais como os “nobres” o “clero”, e em particular o micro poder tentam conservar, quando impõem suas vontades sobre o resto da sociedade.

Agora passasse a retratar as relações entre as pessoas no seio das organizações.

3.2 Relações entre pessoas no seio da empresa (pessoa coletiva e pessoa singular – versus pessoa jurídica e pessoa física)

As relações entre pessoas no seio das empresas descendem desde o momento em que surgiram as relações de trocas de serviços, comércio, e comunicação entre os grupos organizados. É neste contexto que se deu a evolução das organizações quer pública, quer privadas onde acontecem as relações entre pessoas e empresas.

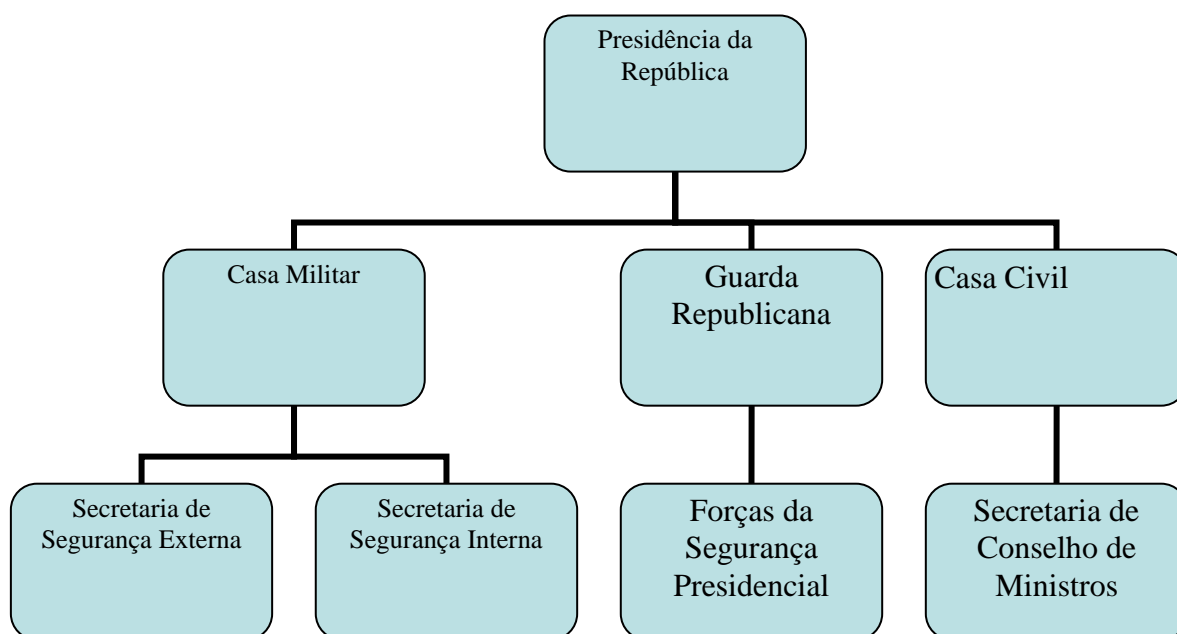
A pessoa jurídica representa o grupo que formalmente constitui uma organização coletiva, seja pública ou privada, e a pessoa física representa um organismo. No seio das organizações a importância das empresas nas relações de poder se reflete no poder político e de barganha que constitui a principal forma de negociações.

A senioridade aparece no seio das organizações empresariais naqueles que se destacam no meio de muitas empresas. O processo que remete a formação de um grupo no topo de cada organização se define como a base de sustentação de cada empresa. É neste processo onde estão as bases para o surgimento das organizações. No interior delas é onde se dão as relações de poder, determinando quem pode o que é como deve ser e quando deve ser, expressando literalmente o exercício de poder.

Na sociedade em que se está inserido, os valores, as crenças ou o ideal que cada organização conserva ajuda-a a atingir seus objetivos, e a materializar os seus ideais. Na carreira profissional de cada membro de determinada organização há sempre um sênior selecionado naturalmente por intermédio e reconhecimento do grupo espontaneamente. Para se ser funcionário sênior é

necessário o reconhecimento espontâneo do grupo, e a forma de conviver com essa realidade é dupla, porque primeiro ele deve incorporar para si as normas, os valores culturais e os ideais do grupo e depois materializá-los no ambiente em que atua.

Figura 7- Organograma estrutural do micro poder na república de Angola.



Nas organizações, os seniores depois de reconhecidos e colocados à testa de cada organização devem proceder como verdadeiros guardiões da herança cultural tradicional, para granjear respeito dos demais colegas da mesma categoria, principalmente dos mais novos membros dessa categoria, o que os ajudará na permanência do cargo, e na promoção das funções subseqüentes ao seu cargo.

No terceiro caso, a tarefa dos seniores que talvez seja uma das mais importantes é a de transmitir aos novatos da organização suas experiências de

trabalho, de vivências, seus conhecimentos adquiridos e acumulados ao longo do tempo, de sua vida, conhecimentos que também lhes foram passado por outros seniores da organização, fazendo com isso, que toda essa tradição se perpetue no tempo e no espaço.

O exemplo concreto seria a criação de um estatuto especial para as figuras seniores a começar pelo presidente da República: atribuir-lhe um salário vitalício e um cargo de conselheiro já que enquanto detentor do poder político adquiriu experiência que lhe permite observar racionalmente como deveria ser resolvido determinado problema. Essa atribuição de salários aos seniores se estenderia as demais categorias organizacionais; o que culminaria num terceiro poder, que seria a própria experiência desses seniores, terem a palavra sempre que fossem chamados a opinar sobre a condução dos destinos da nação.

Um exemplo concreto dessa estrutura de estado é a constituição dos três poderes no Brasil: a divisão dos três poderes no Brasil reflete bem as relações de poder entre o Micro poder e a sociedade. Sempre que há um conflito de idéias no seio do Estado é chamado a dirimir a categoria que se enquadra na solução do conflito; se for de natureza jurídica é chamada a opinar, se for de natureza política é chamado o legislativo e se for de natureza social é chamado a dirimir o executivo.

Assim constituídos que estão os três poderes, todos os conflitos de qualquer natureza encontram solução. O Estado funciona, as organizações funcionam e as relações de poder se dão no seio dessa estrutura, onde jovens e seniores, com experiência, ou treinamento, contribuem juntos para o desenvolvimento social, intelectual, político e espiritual.

É neste contexto que se quer ver Angola a se desenvolver, as organizações que servem de base para o desenvolvimento das instituições públicas e privadas, estabelecendo-se uma relação de poder que congrega todos num só projeto: o projeto de nação inicialmente estabelecido pelo fundador da nação, que se acredita ser a vontade dos antepassados e vivos.

Segundo Bernardo (2011):

Que a sabedoria se irradie no conjunto de várias outras, que as novas gerações se orgulhem de a terem adquirido em um destes seniores e quando chegar o momento devido também a transmitam, formando assim um círculo daquilo que deve ser transmitida de geração em geração. (p. 24).

Na visão de Sousa os conhecimentos passam-se de geração para geração; é essa sabedoria de que devem-se orgulhar, tanto os seniores como os seus sucessores.

Hoje as exigências profissionais são outras, na era pré-colonial a relação social acontecia entre os membros da mesma família que formavam um grupo social, o poder para aquelas tribos matrilinear estava sob controle de uma mulher, mais precisamente a matriarca. Para as tribos patrilineares o poder estava sob direção de um homem, precisamente do patriarca da família. São estes que distribuíam as tarefas para os membros da comunidade. O modo de produção que se praticava não passava da agricultura, caça, pesca e recolhimento de frutas silvestres, visto que não existia indústria. O modo de organização social era tribal para os povos que acabavam de se instalar nos atuais locais onde habitam atualmente.

No período colonial a relação social era de patrão e escravo, era uma sociedade escravista, onde reinava o trabalho forçado sem remuneração, sem direitos, nem consideração aos trabalhadores seniores. O patrão era o dono das propriedades, incluindo os escravos que estavam em sua posse e deviam-se submeter às ordens dele.

Todavia, com a independência as relações sociais dentro da empresa mudaram. O indivíduo dentro da organização pública passou a ser chamado de funcionário e nas organizações privadas de trabalhador. Com o tempo começou a conquistar seus direitos, aqui se dá a mudança de mentalidade. Ainda assim, o legado cultural por que passou o país segundo a história é muito forte que as pessoas não conhecem muito bem até aos dias de hoje seus

direitos e seus deveres, e isso se deve muito também pelo fato de se ter experimentado viver a experiência socialista que tentava passar na sociedade que todos eram iguais, que todas as empresas eram do Estado e o governo era do povo, enquanto que a realidade dos fatos apontavam o contrário, precisamente uns podiam mais que os outros.

Como todas as organizações eram públicas acontecia o mesmo fenômeno. De um lado os dirigentes e de outro o povo, em cujos direitos também seguiam esta diferenciação. As pessoas entravam nas organizações para trabalhar e não sabiam qual seria o procedimento que os levasse a maturidade profissional, cuja cultura da senioridade ficasse valorizada nas relações de poder, quer para a questão da promoção, quer para outros cargos, e conseqüentemente o benefício para uma preparação da própria aposentadoria. Segundo Fontes Filho (2006):

“O trabalho na maturidade é uma preparação que deve ser iniciada desde cedo”, quando se entra na organização é preciso que haja urgência diante das relações de trabalho, conhecer a configuração do quadro de funcionários, pois sem este pressuposto correrá riscos, atendendo assim muitas vezes para exigências sociais externas, e continuando a corresponder mais com os padrões e necessidades organizacionais, deixando de lado a real motivação para o trabalho que poderia auxiliá-lo a encontrar satisfação e sucesso de forma global. (p.15)

Mas isto não mudou muito com relação ao que acontecia no período colonial, afinal herdou-se também uma cultura colonial de comportamentos nas organizações públicas e no trato com as pessoas, até mesmo no que são seus direitos adquiridos. É preciso que se ganhe cada vez mais consciência que atualmente precisa-se de profissionais conscientes, preparados e maduros. Neste contexto, os padrões e necessidades organizacionais devem atender na atualidade e estar ajustados às exigências sociais e políticas públicas requeridas pela maioria.

Numa comparação entre Angola e Brasil nos aspetos culturais, apesar deste ter sua independência do mesmo colonizador há mais de um século que aquele, as realidades em termos organizacionais são semelhantes em alguns aspetos.

Segundo Prates, (1997):

Considerando nossa cultura paternalista, “os eternos colonizados”, podem observar o grande conforto para nossa população em viver, pensar e trabalhar nos moldes tradicionais. Desenvolver carreira em organizações tradicionais ainda é o grande discurso da população que prioriza a estabilidade profissional. (p. 4)

A realidade do subdesenvolvimento que estes países experimentam passa justamente por conta da vivência histórica colonial que não os tornou autônomos de si mesmos e que o espírito criativo lhes foi tolhido. As organizações modernas propõem novas posturas para os trabalhos que se apresentam. Como segue o texto abaixo, ainda que faça referência ao Brasil, o certo é que é a mesma realidade com Angola e outros países que tiveram o mesmo colonizador.

Segundo Prates, (1997)

Para que o sujeito esteja apto a este tipo de trabalho ele fundamentalmente precisa “ser” um sujeito complexo, que “saia da caixa”, ou seja, que apresente uma solução diferente daquilo que ele faria normalmente e que satisfaça suas necessidades, que não se encante apenas pelo tradicional, que saiba transitar pela gestão horizontal e vertical, que se recicle, renove e não apenas em relação ao trabalho, mas na sua vida privada e familiar.

O sujeito deve se apropriar de sua carreira e transitar pelo mercado em um movimento contínuo de troca. Tudo isso para o povo soa minimamente como um ideal de personagem de filme de Hollywood, porque exige uma auto-estima que nossa população não está acostumada a sentir, uma autonomia que não nos foi dada, mesmo porque autonomia não é algo dado, mas conquistado. (p. 4).

Assim como nas relações públicas o poder é algo conquistado dir-se-ia, que se obtém autonomia conquistando-se o poder; é por essa razão que Prates ao se referir à gestão horizontal ou vertical, renova um antigo conceito das relações de trabalho nas organizações, pois é no seio das organizações que se dão o clientelismo, o nepotismo e outras formas de manifestação de poder. A manifestação de poder é um fenômeno humano, porque aparece implicitamente na relação do homem com as organizações e vice-versa, seja entre as corporações partidárias, seja na relação destas com as empresas.

Para Prates, (1997)

.... No Brasil não se tem o hábito da cidadania, e isso não é uma crítica é apenas uma observação, se não somos obrigados por leis e imposições a realizar determinadas ações que nos beneficiam não as realizamos de livre e espontânea vontade pelo simples fato de nos fazer bem, pois sabemos que sempre haverá “alguém” para olhar por nós e nos orientar. Daí então no ambiente profissional em questão de cinco, seis anos surgem propostas de autogestão, de contratos profissionais sem fidelidade, mas com ética e uma grande angústia profissional. (p. 3).

Nessa citação o autor se refere à relação de dependência que virou costume no Brasil e criou certa angústia entre os profissionais por não haver fidelidade nem ética na elaboração dos contratos para uma gestão mais eficaz que liberte a forma de pensar do cidadão no seio das organizações.

É de referenciar que a influência da cultural tradicional também acompanha o indivíduo até no local de trabalho. As pessoas querem trabalhar com aqueles que lhes são próximos, cujos laços lhes são familiares, é por essa razão que aparecem nas organizações vícios como nepotismo, clientelismo, paternalismo, patrimonialismo, que só é possível acabar com eles quando a seleção destes para o que se chamou de seniores seja, pelo profissionalismo. É com o profissionalismo que estes males acabam.

O processo que se seguiu mostrou claramente que nas estruturas de poder alguns vícios de natureza política são eternos. Mesmo quando as organizações

estão consolidadas e as relações de poder se dão pacificamente, ainda assim é possível notar-se algum tipo de conveniência, seja no campo político ou no campo empresarial.

Para Prates, (1997), e Freitas, (2000):

Nossas relações profissionais sob a ótica da psicanálise reproduzem relações tão originais quanto às relações familiares.

“... o indivíduo se liga a uma organização por vínculos não apenas materiais, mas também afetivos imaginários e psicológicos. As organizações não criam uma estrutura psíquica, mas utilizam-se dela. Toda organização, especialmente em se tratando da relação com o indivíduo com sua carreira traduz situações que se assemelham às da fase edipiana, ou seja, as pessoas nas organizações disputam postos, poder, influência junto a outrem, querem ocupar lugares que pertencem a outros, numa atitude semelhante à da criança que quer o lugar do pai ou de alguém que lhe dificulte o acesso ao objeto amado...” (p. 4 e p. 88).

Todos estes fatos vão levar ao entendimento da formação do sistema total que se desenhou para o Estado angolano e conseqüentemente influenciou as organizações públicas e privadas cujas conseqüências acontecem na relação de poder.

Formaram-se comportamento com características tipicamente angolanas cujo estilo de administrar apresenta especificidades peculiares, devido também ao longo período de guerra que o país esteve envolvido, proporcionando uma relação de poder que passassem pelas mãos dos militares que vêm formar mais tarde os seniores que devem ser tidos em conta como guardiães dos costumes e valores que os novatos precisam aprender como experiência, uma vez que a sociedade agora ficou com uma administração formada de generais, antigos protagonistas militares, participantes deste longo período de guerra e filhos ou parentes destes, que formam o chamado micro poder.

Se comparada as formas de governação de Angola e Brasil, irão emergir processos que juntos não de formar subsistemas que interagindo entre si formarão o sistema maior. Nesta composição para Angola a constatação é a falta de uma definição quanto à cultura profissional dos trabalhadores, visto que ainda traços culturais tradicionais são marcantes, ou seja, práticas remotas que descendem da época do período pré-colonial e colonial ainda interferem hoje na sociedade de modo geral.

Nesse sistema a cultura da senioridade é parte dela; porque atualmente essas formas de governação estão sendo influenciadas por uma cultura de comunicação visual que desemboca num aprendizado televisivo: um exemplo dessa influência aparece nas novelas brasileiras; As novelas brasileiras vêm influenciando há duas gerações nas relações de poder que se refletem na sociedade angolana, mudando hábitos que seriam típicos das relações de poder em Angola em detrimento de hábitos e costumes adquiridos com a influência da cultura brasileira.

Na opinião de Barros (1996):

Os comportamentos que consideram típicos do estilo brasileiro de administrar... o modelo de leitura cultural por eles desenvolvido fixou-se em dois eixos, do espaço institucional/pessoal e o do espaço líder/liderado. O sistema de ação cultural.... estaria, portanto, estruturado em quatro grandes subsistemas: o institucional, o pessoal, o dos líderes e o dos liderados. É a partir das interseções e articulações desses subsistemas que se estrutura o sistema maior. (p. 1).

Em Angola, a leitura cultura fica um tanto promiscua, visto que no espaço institucional/pessoal existe uma deturpação, onde a configuração ficaria da seguinte forma: pessoal/institucional, isto é, a figura máxima do poder identificando-se acima do institucional, a manutenção do eixo líderes/liderados, e aqui sim a introdução de um novo eixo que exerce sua grande influência importante também, que é a autoridade tradicional/comunidade, que formam os subsistemas e que suas interseções e articulações compõem o sistema maior do país.

A estrutura destes subsistemas dá, no entanto o aporte tanto para as organizações públicas, quanto para as organizações privadas. Assim são encontrados os subsistemas: o pessoal, o institucional, o dos líderes, os liderados, a autoridade tradicional e a comunidade.

É na interação desses traços que o sistema maior funciona e mais do que isso, segundo DaMatta (1996) “são as estratégias de articulação dos elementos desta estrutura cultural que sustentam a operacionalização do sistema, garantindo a sua ação.

Para Angola como ficou mencionada na definição cultural, a alteração mínima de somente um dos aspectos culturais apresentado pelo Brasil ocasionou efeitos em todo o sistema.

Na visão estruturalista em Angola ficou observado que dentro desta fixação entrou o terceiro elemento, o da autoridade tradicional/comunidade. Ou seja, além do pessoal/institucional e do eixo líderes/liderados acresceu-se autoridade tradicional/comunidade que passou a exercer uma influência política segundo Levis Strauss (2001, p. 145).

Este último subsistema é o que reúne traços do poder apaziguador, reconciliador de conflitos, contrapondo o denominado sentimento tribal, que inviabiliza o convívio com pessoas que não sejam locais, ou indivíduos de outras procedências.

Este aspecto marca um diferencial na comparação com as duas realidades cultural angolana e brasileira. O funcionamento da estrutura do sistema maior que integra o espaço da autoridade tradicional e a comunidade está ordenado de uma forma a manter o subsistema pessoal, institucional, líderes e liderados, mostrando-se que o subsistema pessoal relacionado com traço cultural denominado espaço “casa” suplanta e contrapõem-se ao espaço “rua” representada pelo subsistema institucional. “O subsistema dos líderes reúne os traços daqueles que detém o poder, em oposição ao subsistema dos liderados”. (BARROS, 1996 p. 8).

O que se reflete para o caso de Angola é a integração de mais um subsistema na configuração dos traços culturais, em que a estrutura do sistema maior fica afetada, de maneira que o elemento antiguidade, independente da meritocracia sobressai no momento da configuração das funções nas organizações privadas, ou seja: está-se diante de um clientelismo nas organizações públicas e nas organizações privadas.

Com a interação desses subsistemas surgem novas características ou traços que permeiam a sociedade angolana, a organização quer pública, quer privada, fazendo com que a cultura administrativa seja apenas para esta realidade. Características como concentração de poder (autoritarismo, arrogância), permanência nos cargos sem possibilidades de troca, ou seja, autoritarismo, nepotismo, paternalismo e patrimonialismo são resultantes da combinação dos subsistemas líder e pessoal, postura de espectador da interação de liderados e pessoal, personalismo da interação de líderes com o institucional e território, da interação dos subsistemas líderes autoridade tradicional e tribo, mas também surge uma característica interessante, o espírito de apaziguar, ou atenuar conflitos.

De tudo, resulta que as leis e normas são para os “outros” cumprirem. O traço da impunidade fecha e reforça uma cadeia de valores culturais reinantes.

Segundo BRROS e PRATES, (1996):

...os líderes não são punidos, sua posição de poder fica fortalecida e isso aumenta a consistência entre os traços do subsistema institucional, quais sejam, o formalismo e a postura como espectador. Uma vez que a lei não é aplicada da mesma forma para todos, fortalece-se a apatia do cidadão comum, do indivíduo. A máxima ditada pela “lei de Gérson” de que “é preciso levar vantagem em tudo”. Outro efeito ocorre na valorização do transgressor que consegue resultados positivos, uma vez que a vitória passa a ser vista contra os líderes de uma situação, do *status quo*²⁵, não como uma derrota do sistema racional-legal. (p. 4).

²⁵ Expressão que significa a mesma coisa sempre -

Entretanto, os seniores que são o guardiães dos valores culturais e experiências vividas se encontram embrenhados neste ambiente que precisa ao invés de apatia, dinamizar o processo de aprendizado para que a sociedade e as organizações respondam a um estatuto que consiga valoriza-los, e que os permita a passagem de testemunhos nas suas relações de poder e que os jovens encontrem o espaço de realização e materialização do que lhes foi passado pelos seniores. Por isso, a necessidade de se conhecer as relações de senioridade na formação da República de Angola.

3.3 Relações de poder com a senioridade em Angola

As relações de poder com a senioridade em Angola no pós-independência se desenrolaram praticamente nos três movimentos de luta de libertação colonial. Podem-se destacar espontaneamente os três líderes dos movimentos como figuras a quem caberia a figura de seniores. São eles figuras de referências e de identidade para as novas gerações, que viram neles a bravura e o sentimento de liberdade que ficou expresso no patriotismo.

Atualmente em Angola são vistos como seniores aqueles que idealizaram a República, aqueles que participaram da luta pela independência, que participaram no projeto de poder, e de nação, dos movimentos de Libertação de Angola, FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola, UNITA – União Nacional da Independência Total de Angola e o MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola, três movimentos que tiveram o envolvimento direto no processo político.

Atualmente estes seniores se encontram no seio das Organizações públicas e privadas, por motivos ideológicos estão divididos, e defendendo ideais distintos dos interesses partidários.

Em qualquer sociedade, os cargos de confiança do Estado exigem certa fidelidade por parte das pessoas que assumem este encargo, pelo que se torna necessária a indicação por parte do responsável máximo do executivo aqueles que vão tomar conta destes serviços, e no caso das organizações privadas o

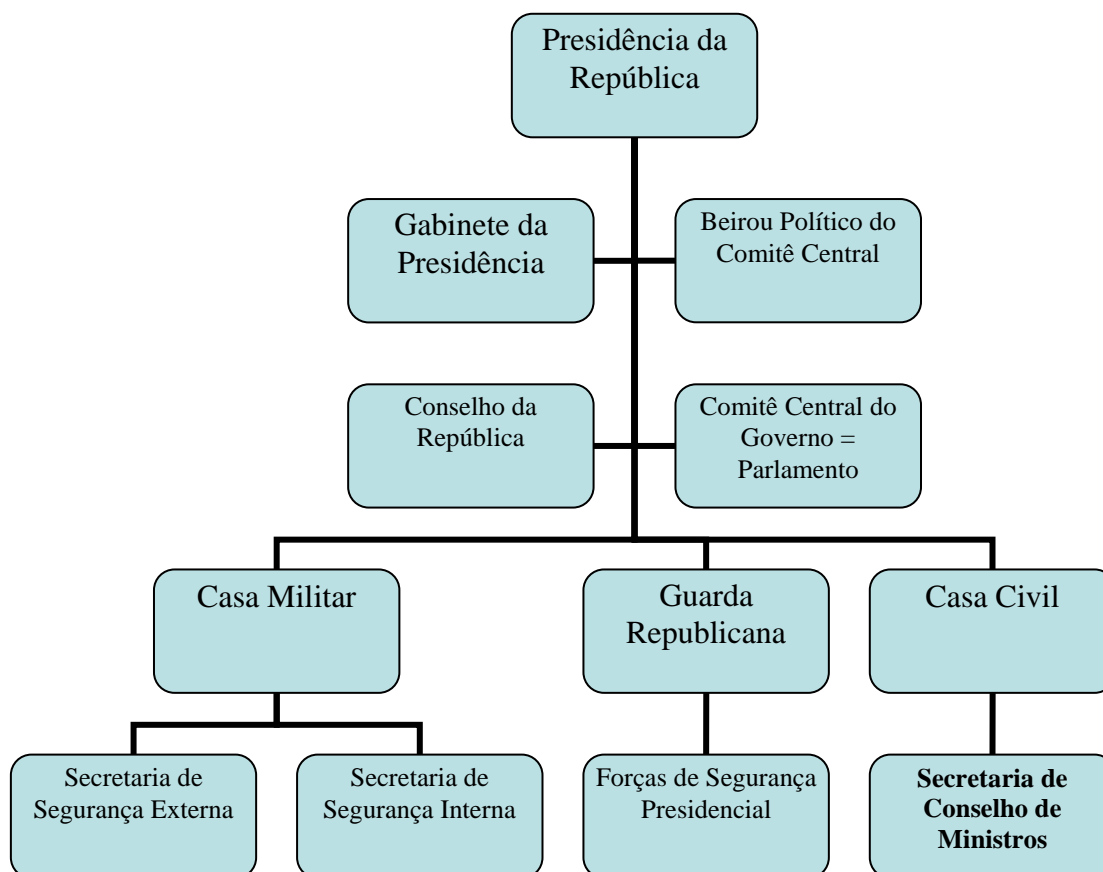
procedimento esperado praticamente é o mesmo. Aguarda-se que este caso seja apenas em nível de cargos cujas funções sejam mais sigilosas e a escolha do candidato a essa tarefa seja mais criteriosa.

Todavia, para a administração do país que nunca exercitou mudanças democráticas que possibilitassem a livre escolha de seus dirigentes, a forma que caracteriza a escolha para o exercício são práticas herdadas por uma cultura tradicional oral e a forte herança colonial como: paternalismo, clientelismo, patrimonialismo e até mesmo nepotismo no exercício do poder no seio das Organizações. É uma realidade e a importância da cultura da senioridade pelo tráfico de influência de antigos companheiros de partidos se faz presente, muito embora para a conservação do poder no padrão do mundo globalizado se exija certa tecnocracia por parte do executivo e um pouco do Presidente e seus ministros de Estado, no caso das organizações públicas e presidentes de conselhos administrativos e executivos de grande, média e pequenas empresas o processo de administração obedeça aos mesmos critérios de seleção.

Portanto, as práticas da globalização enfatizam direitos organizacionais que as pessoas sejam profissionais, em que a importância da cultura da senioridade como pessoa antiga, com mais idade perde para a tecnocracia que é exigida no poder público e privado, onde as organizações devem imprimir maior controle na execução das atividades políticas e administrativas a tal ponto que o profissionalismo deva substituir o clientelismo, o paternalismo, o coronelismo existente desde a formação da República.

Entretanto, a relação de poder é algo que está ligado com a tomada de decisão quanto à atribuição de um cargo dentro das organizações públicas e privadas em Angola. Portanto, o sênior deve ser aquela pessoa que deve ser considerado em altura e digno de menção como tal, deve possuir um nome cuja comunidade reconhece por alguma importância. Por exemplo, deve fazer parte de uma família que granjeou respeito junto à comunidade, tenha participado na ideologização da República no pós-independência, ou tenha pego em armas para combater o colonizador, ou então ter participado da guerra dos quase trinta anos que o país viveu.

Figura 8- Estrutura da hierarquia de poder na República de Angola até 2010.



Relatou-se que essa estrutura de poder é vertical, porque no topo de toda a estrutura aparece em primeiro lugar o Presidente da República que tem poder até de dissolver o conselho da República. Ao seu gabinete deu-se o nome de micro poder emprestado da literatura de Foucault porque este autor tratou em micro física do poder, a estrutura do Estado e seu funcionamento para manter o *status quo*. Acresceu-se a esta estrutura o inspetor Geral do Estado.

O Estado em Angola é representado pelo micro poder como ficou referido acima, pois o gabinete, composto pela guarda Republicana, pela casa militar, casa civil, e pelos órgãos que a compõem no topo do poder, está acima de toda a estrutura de Estado e das organizações governamentais.

Nesta altura, quem estiver nestas condições tem sua relação social mais facilitada, que o aproxima junto ao micro poder, ainda que seja no nível do poder intermediário, mas que o garante resolver sua vida quer em organizações públicas, quer em organizações privadas, onde quer que esteja a atuar. De que forma isso se dá? Eis a perguntam que perpassa no trabalho de modo a ilustrar a realidade que se quer entender, as relações de poder na República de Angola, assunto do próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

AS RELAÇÕES DE PODER NAS ORGANIZAÇÕES DA REPÚBLICA DE ANGOLA

4.1 Quais são as relações de poder existentes nas organizações angolanas?

No capítulo quatro retratou-se as relações de poder nas organizações da República de Angola.

O que são as relações de poder em Angola?

As relações de poder existentes nas organizações angolanas se definem nas instituições públicas e privadas onde o Estado exerce maior intervenção. Neste caso o Estado é o interventor do erário público de onde emanam todas as leis da constituição que regem todos os ministérios, e conseqüentemente todas as organizações da sociedade civil.

O poder apesar de ser um conceito de difícil definição devido a diferentes visões e situações dos estudiosos, para o caso em situação, ele exprime a

realização de uma vontade ou desejo de um indivíduo ou grupo, fazendo os outros cumprirem. Assim, o poder se realiza na relação que acontece no seio das organizações, lugar de toda a manifestação social fonte do poder.

As relações de poder em Angola descendem historicamente desde o início das primeiras organizações da época pré-colonial quando os membros das tribos constituíram estruturas próprias de governo para exercerem as funções essenciais de subsistência e proteção, seguindo-se a época colonial, cujo poder expressou-se nas organizações de estrutura escravista, em que a relação baseou-se no trato entre patrão e escravo e por fim a época pós-colonial, ou melhor, época da independência em que o poder passou para as mãos dos autóctones e decisórios dos seus próprios destinos. Esta época subdividiu-se em período de guerra e período pós-guerra, sendo que no primeiro período estão à primeira República e a segunda com a mesma Constituição legislativa, sofrendo algumas modificações em 1991 por conta da transformação do sistema mono partidaristas para o sistema pluripartidarista, e no segundo período está à terceira República com uma Constituição legislativa nova cuja estrutura esta ilustrada na figura 9.

Figura 9 – Hierarquia Piramidal atual na República de Angola.



Em todas elas é evidenciado o aspecto cultural da senioridade, que condiciona a relação de poder, ou melhor, a relação social que estas épocas citadas costuraram foi uma relação determinada na pessoa ou grupo de pessoas com

experiência e antiguidade que quiseram impor sempre sua vontade para fazer os outros cumprirem.

Segundo Lukes, (1978)

“o essencial ao poder é a realização de uma vontade ou desejo”. Em que essa vontade proporciona uma concepção intencional do poder, que pode ser potencial, como na opinião de Hobbes de que “o poder de um homem” é “seu meio presente de obter algum bem futuro evidente”. Ou “real, como na opinião de Voltaire” de que “o poder consiste em fazer os outros agirem como eu quero”. (p. 3).

Nas comunidades tradicionais o poder estava concentrado na mão do soba que exercia as funções mais altas e tinha o poder de nomear ou demitir membros influentes da tribo, tidos como os altos funcionários da aristocracia, ou seja, o séquito da autoridade tradicional, cujo poder visava unir os membros da comunidade em torno de princípios, valores, costumes, que obrigava as pessoas de forma consciente ou não na maioria das vezes, cumprirem as vontades que se impunham.

Já aparece em CROZIER & FRIEDBERG. (1997) que:

“O fenômeno do poder é simples e universal, mas o conceito de poder é fugidio e uniforme”. ...“poder é toda ação que compele certas ações em outros”. (p.99)

Fica bem patente a importância da classe sênior dentro dos grupos sociais, tradicionais, porque eles visam à defesa de interesses, vontades ou intenções que devem ser impostos à maioria do grupo, ou até mesmo a outros grupos sociais. Por isso, é que se fazem necessários membros capazes, experientes e para este caso, membros com certa antiguidade que lhes possibilite perpetuar os ensinamentos dos antepassados, fazerem funcionar as estruturas das organizações tradicionais.

Segundo SOUSA²⁶(1965)

²⁶ Sousa é autor de Milhas ao acaso, e relata com precisão – como as organizações através de seus grupos sociais procuram agir quando querem influenciar a sociedade em si no que diz respeito...

A senioridade não é vista apenas como uma questão biológica, mas uma qualidade social. São os seniores “... *quase despegados dos vivos e assimilados aos mortos*”, que trazem até o presente o poder dos antepassados e que, na rede das relações sociais, mostram claramente a hierarquização, “*baseada na sucessão cronológica das pessoas*”. Então, se pensarmos em uma pirâmide, no ápice está os grandes antepassados da família, depois seus descendentes, sempre em ordem de antiguidade, depois os vivos: dos mais antigos aos mais novos. (57-58)²⁷

Este momento refere-se à época em que as tribos estavam a se instalar em definitivo nos locais onde estão hoje. Em termos tradicionais, falando do poder político os sobas e a aristocracia (mais velhos) lhes havia o reconhecimento de figuras mais próximas dos ancestrais, e suas palavras possuíam um peso que lhes era atribuído pelos grupos autóctones. Aos mais novos cabia-lhes o acolhimento deste ensinamento, e já mais a negação dos mesmos, visto que não havia como contestar frontalmente a palavra do velho.

No entanto, a função importantíssima que um sênior possuía na comunidade dentre outras já citadas, era a tarefa de unir os vivos aos mortos neste laço vital onde a palavra é o elemento dinamizador, vivificante e consolidador do grupo que a recebe, em suma, aí residia seu poder quer público, quer religioso e conseqüentemente toda a relação social não estava à margem desta realidade uma vez que a escrita não é usada e, portanto, quem conserva as informações é a pessoa que conviveu ou convive com o conhecimento ou arte dos ancestrais.

Dentro da convivência comunitária as relações de poder também aconteciam na vida privada dos membros, ou seja, o governo tradicional compostos por figuras seniores, principalmente a pessoa do soba tinha a tarefa de distribuir lavras, isto é, terras de cultivos para os membros e que seguia também uma base hierárquica.

Segundo Lukes, (1978):

²⁷ Sousa é autor de Milhas ao acaso, e relata com precisão – como as organizações através de seus grupos sociais procuram agir quando querem influenciar a sociedade em si no que diz respeito...

...concepções seguem para ilustrar como se deu a evolução da conceituação do poder, mas muitas delas não julgam a intenção, a realização da vontade, como essencial ao poder, mas essas concepções ampliam a aplicação do conceito para cobrir as ações, talvez a inação, dos agentes (individuais ou coletivos) que estimulam seus interesses, que podem coincidir ou não com suas intenções, se as houver. (p. 5)

Não se sabe se inicialmente a intenção era de colonizar a África, mas o certo foi que chegou ao século XV a primeira embarcação portuguesa chefiada por um português chamado Diogo Cão as terras que pertenceriam mais tarde a Angola e manteve assim o primeiro contato com os autóctones.

A partir deste momento a relação social e principalmente a relação de poder vai passar por uma mudança sem precedentes, fazendo com que haja uma deslocação de membros influentes das comunidades para a construção da zona urbana e outros levados para outros países feitos escravos. A vida da comunidade ficou de uma forma afetada, porém a organização nesta área rural ainda mantém a configuração da antiga função e relação de poder do soba e sua aristocracia, mas de forma desvirtuada, ou melhor, ficou apenas simbólica que serve como função de intermediação entre a comunidade tradicional com o colonizador²⁸.

Este com uma realidade cultural totalmente diferente, com interesses absolutamente contrários aos dos angolanos autóctones, querendo descobrir o mundo, privilegiando o comércio de especiarias da Índia que fica do outro lado do mundo, resolve manter relações comerciais com estas comunidades tradicionais em que umas tinham os reinos bem consolidados, outras acabavam de se instalar e ainda havia outras que mal tinham chegado para as regiões onde habitam hoje.

Muitas procuravam se organizar, definir a relação de poder e relação social dentro delas e com os vizinhos e outras já estruturadas, mais organizadas, constituídas em reinos se vêm diante de uma potência da época, super estruturada, conhecedora dos seus objetivos, metas, vontades e intenções,

²⁸ As relações de poder entre o colonizador e a comunidade tradicional nem sempre foi pacífica ou de negociação, mas alguns conflitos eram resolvidos em reuniões e encontros onde eram celebrados para evitar desentendimentos.

pelo que aquelas em fração de tempo não resistiram o quanto deviam, tiveram que se render a astúcia, e a pressão religiosa e política do colono.

Uma vez batizados os autóctones passaram a ter uma relação de submissão com o colonizador, nasceu o sentimento de inferioridade, incapacidade de organização cujas conseqüências se repercutiram na relação de poder.

Para Krausz (1991);

O poder é a capacidade potencial de influenciar as ações de indivíduos ou grupos no sentido de atuarem de uma maneira determinada. (p.7)

Estes passaram a determinar a vida daqueles, tomaram de assaltos o poder que havia nas comunidades, fizeram-nos escravos, servis em sua própria terra e outros enviados para as terras que foram descobrindo. Ou seja, instalou-se uma relação escravista, onde o colono era o senhor e o autóctone passou para a condição de escravo.

Este foi o período mais longo da história do país em termos de relações sociais do que se tem registro. Com a necessidade de impor seu poder, àqueles criaram organizações que é o lugar de fonte de poder nas sociedades modernas, fazendo com que o importante sobressaia nestas organizações à relação do poder condicionado.

As organizações angolanas passam a ter uma tradição de 500 anos de submissão de um poder imposto pelo colonizador e a relação da senioridade local instituída fica somente preservada de forma simbólica, ou melhor, quando o colonizador precisasse unir, os autóctones em torno de um objetivo de seu interesse, ou houvesse algum conflito era chamada a autoridade tradicional para mobilizar ou apaziguar. Esta situação levou gerações a perderem seus costumes, hábitos e acima de tudo referências de poder organizacional.

O colonizador praticou política muito dura contra a colônia, e para culminar no século XX os portugueses tiveram um regime político de ditadura do tipo fascista e nazista que conseguiu sobreviver à II Guerra Mundial. Sua polícia

política (PIDE) e os tribunais políticos praticavam métodos de repressão inspirados nos métodos nazis e inquisidores²⁹.

Exemplo disso foi o desaparecimento de perto de 200 africanos que reivindicavam a independência do país no distrito de Cabinda no norte de Angola. Enquanto outros líderes como da União das Populações de Angola são presos desde 1956 no campo de concentração do Bié, alguns camaradas e chefes religiosos também são presos, torturados e desaparecem.

Políticas como retardamento da instrução, fornecer um ensino mínimo aos angolanos que não passasse de simples leitura e contas, ou melhor, instruir apenas o ensino primário, exceto alguns casos raros e então para o ensino secundário fossem apenas filhos de ricos, dado a avultada soma de dinheiros que tinha de ser pagos, e quem podia só eram os próprios colonos, visto que não havia nenhum autóctone rico.

Quanto às empresas, o prejuízo era grande para os angolanos uma vez que o governo não os protegia contra a usurpação do colono que sem consciência nem caráter a todo custo fazia para se enriquecer, mesmo sem atender à legalidade e legitimidade dos meios. Com isto, expropriaram os bens, as propriedades dos nativos a seu favor sem indenização alguma capaz de compensar os danos provocados.

No interior de Angola os chefes de distritos, sub-regiões da província ultramarina de Portugal, acumulavam riquezas e se abasteciam de gado extorquindo dos autóctones, os agricultores eram desapropriados, perseguidos das suas plantações que não tinham coragem de se opor, pois receavam cometer mal que os levasse a cadeia ou ao contrato de trabalho forçado. Como ficou exposto, a injustiça é norma das autoridades Administrativas portuguesas.

Caso um autóctone abrisse uma loja, um bar, um armazém as exigências eram tantas de forma ilegal, as campanhas no meio social e comercial eram feitas de modo a desestimulá-lo.

As leis que os portugueses escreviam e diziam ser de proteção ao nativo, era apenas letra morta em papel morto sem execução prática.

Para VIRIATO, (1960):

²⁹ Nazi-Inquisidores refere-se à sociedade nazista que implantou a inquisição num período da história das relações de poder

Havia um contrato que era para a escravidão pelo trabalho forçado, em que para o indígena não assimilado, não há liberdade de trabalho. É tomado como um instrumento às ordens do patrão (colono), sem vencimento, nem remuneração, com direito apenas à alimentação e vestuário (deficiente). Acontece muitas vezes na mesma família serem arrancados mais de três membros (pessoas), que possivelmente nunca mais se encontram, porque vão trabalhar em plantações diversas e bastante afastadas do seu lar; e o tempo do trabalho forçado é indeterminado. Para isso, não há idade fixa: há crianças de 15 anos a 16, a servir em roças e plantações, por contrato obrigatório, e velhos de 50 e 60 anos a servirem ao agricultor português forçosamente. O tratamento dado a eles é o mais rudimentar. (p. 272).

Neste momento fica mais do que claro a intenção dos nacionalistas angolanos da necessidade da independência, e de exigirem contas às autoridades portuguesas no tocante à vida de todos os patriotas vítimas da tirania colonial.

De acordo com SENETT (2004):

“Em um mundo de honra, o indivíduo descobre sua verdadeira identidade em seus papéis, e afastar-se dos papéis é afastar-se de si mesmo (...). [Hoje em dia] o indivíduo só pode descobrir sua verdadeira identidade emancipando-se de seus papéis socialmente impostos – estes últimos são apenas máscaras, enredando-o em ilusão (...).(p. 244)

A idéia da independência amadurece no seio dos angolanos que sofriam que não se conformam com a relação social imposta pelos portugueses, principalmente pela relação de poder. Assim, entre 11 a 15 de Abril de 1960 na 2ª Conferência de Solidariedade dos povos afro-asiáticos, na intervenção de Viriato da Cruz, em nome da delegação de Angola, ouviram-se palavras de ordem “LUTAR para a liberdade do povo – LUTAR de modo a merecer a solidariedade dos povos irmãos – Colocar a solidariedade ao serviço do desenvolvimento da LUTA popular, - eis algumas palavras de ordem da

organização representadas pelo Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA.

A situação elevada e positiva criada pela atividade das organizações anti-colonialistas passam a exigir novas formas de organização, a fim de que a luta do povo angolano possa entrar com sucesso numa fase nova e decisiva que termine, rapidamente, pela liquidação do colonialismo português.

Webber (2000).

Max Weber que a pesar de não ter tratado do poder propriamente dito em sua obra, observou o poder como o “fenômeno da autoridade, especialmente da legítima autoridade, reconhecida pelo povo na relação Estado e cidadão”.

O povo angolano consegue em 1975 a proclamação da independência do país sob o jugo colonial. A partir daquele momento o país se torna um Estado livre, independente, dono do seu próprio destino, para isso era preciso apresentar uma Constituição Geral na qual todas as políticas ou orientações tivessem que se basear nela.

4.1.1 O funcionário e o poder dinamizador nas organizações

Ao procurar contextualizar o movimento do mercado profissional angolano após 1975, impossibilitará a dissociação da história tradicional e colonizadora cultural e politicamente do país.

A tendência de todos os movimentos que acontecem quer políticos, quer sociais são diretamente influentes no “novo” mercado de trabalho e Angola apesar de ter sua independência decretada em 1975, ficou com marcas impossíveis de serem retrocedidas cultural e socialmente, mesmo permanecendo com a característica de uma cultura de tradição oral, fortemente paternalista.

Para PRATES, (1997):

Considerando nossa cultura paternalista, “os eternos colonizados”, pudessem observar o grande conforto para nossa

população em viver, pensar e trabalhar nos moldes tradicionais. Desenvolver carreira em organizações tradicionais ainda é o grande discurso da população que prioriza a tal estabilidade, porém o que o mercado cada vez mais oferece e solicita dos profissionais que estão na gestão, é exatamente a capacidade de adaptação constante e a flexibilidade para trabalhar com matriciamento e células de trabalho. (p. 8)

Em Angola, um país onde acontecem transformações que vêm ocorrendo no mundo, iniciadas principalmente a partir da década 1980 com as crises do mercado mundial e os novos cenários políticos que se foram configurando globalmente, a mentalidade no seio das organizações angolanas ainda consiste em desenvolver carreiras dentro das organizações. Tal como se davam nas organizações tradicionais onde a prioridade era a estabilidade, atualmente as pessoas não desenvolveram a capacidade de adaptação constante a nova realidade, o que não dá flexibilidade que possibilite trabalhar com matriciamento.

Segundo VASCONCELLOS, (2002):

“Estas novas estruturas burocráticas exigem do sujeito determinados posicionamentos em relação ao caráter de personalidade e comportamento, tais como: capacidade de suportar ambigüidade, habilidade política, capacidade de desempenhar múltiplos papéis” e células de trabalho cuja preferência é por abrangência ao invés de especialização, entre outros fatores que nos mostram um perfil profissional para as atuais necessidades do mercado de trabalho”. (p. 17).

No nível organizacional o dado cultural costumeiro nos vários setores da sociedade ainda é muito forte. Como exemplo desta realidade, é quando algum membro de uma organização pública ou privada vai se manifestar publicamente. Ele começa por reverenciar os mais velhos, pedindo-lhes a benção, ou melhor, a permissão para reconhecer-lhe os méritos alcançados durante sua vida profissional ativa, e só então no final é reverenciado o mais novo.

Assim, reconhecendo e dando importância a experiência adquirida espera-se sempre dele um conselho que possa ajudar seu sucessor. Essa é uma questão

encontrada nas Instituições clássicas do governo, ou das empresas mais tradicionais onde os funcionários mais antigos são reverenciados e sua sucessão é exaltada. Suceder alguém da importância política de um sênior é uma tarefa para a criação de um novo sênior, e assim sucessivamente vai-se constituindo uma ponte que liga o antigo ao novo, transferindo os conhecimentos de geração para geração.

4.2 - O que a Constituição do País consagra na Lei sobre a cultura sênior na sociedade?

Com a análise sobre a configuração das funções do funcionário sênior quem é o funcionário antigo?

No contexto do período pós-independência percebe-se que nas organizações existem dados que não estão explícitos na Lei em relação à senioridade. Lendo a Constituição, pode-se pensar que para Angola, o papel das políticas públicas é assegurar que o processo de desenvolvimento econômico e social ocorra de forma contínua, com uma distribuição dos recursos, dos direitos e das responsabilidades sociais de acordo com cada grupo etário.

Entretanto, o Estado reconhece seu dever na proteção ao idoso a partir da promulgação da lei existente na 1ª Constituição de 1975 até 2009 altura em que se publicou a segunda Constituição que vigora atualmente, que estabeleceu mais claramente a responsabilidade do governo, da sociedade civil, comunidade autóctone e da família de proteger, assistir e dar o reconhecimento da pessoa sênior.

Neste caso o Art. 93º da Constituição de 2009 diz claramente que: “tanto a família, quanto aos seniores devem estar amparados dentro de uma política de proteção, que promovam a independência social e cultural. Já o Art. 97º apresenta a necessidade da segurança económica também, e suas implicações como condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem sua autonomia pessoal, evitem e superem o isolamento ou marginalização social das que se referiu acima, principalmente nas regiões urbanas.

É, portanto, preocupação urgente o enquadramento social, estatutário e profissional daqueles sujeitos reconhecidos como seniores, dado que sua definição em termos práticos para a sociedade em causa é um tanto complexa.

Existe uma visão bipolar de enquadramento social estatutária na prática, ou seja, o profissional considerado sênior na sociedade urbana com aproximadamente 40% da população de Angola e principalmente nas empresas são indivíduos com 45 anos de idade até a idade que se enquadram nessa legislação estipulada por lei para se retirar da vida ativa. Já na sociedade rural o enquadramento social é de 60%, incluindo as autoridades tradicionais. São muitos destes que nas organizações se sentem desconfortáveis em relação à aposentadoria.

Para este grupo de pessoas, seria preciso o acesso à avaliação de âncoras de carreiras, ou melhor, o enquadramento nas funções das organizações, para que ainda no mercado de trabalho possam redirecionar, ou afirmar o direcionamento de suas carreiras e construir estratégias que não seja apenas de sucesso financeiro, mas também de sucesso psicológico.

A Constituição de Angola apresenta esta vontade firme de traçar esta configuração das funções para os seniores quer viventes da urbe, quer viventes da área rural, no intuito de decididamente se construir uma nova forma de convivência, fundada na igualdade, no compromisso, na fraternidade e na unidade da grande diversidade. Ainda dentro da constituição, A cultura da senioridade lhe é reconhecida a validade e a força jurídica do costume que não seja contrária à Constituição e à lei vigente.

A(Constituição Geral de Angola, (2009)³⁰

“Os cidadãos idosos têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social. A política de terceira idade engloba medidas de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação ativa na vida da comunidade”, (Art. 97º).

Em termos de desenvolvimento, a legislação consagrou a configuração das funções seniores no âmbito das autoridades tradicionais para salvaguardar o

³⁰ Na constituição de Angola, as mudanças acontecerem depois da independência, nas primeiras eleições de Angola em 1992, quando algumas emendas foram introduzidas para ajustamento da reconciliação no pós guerra.

princípio da equidade com funcionários de organizações públicas e privadas seniores, dando-lhes funções que dêem sustentação a classe sênior.

4.3 - Qual é o impacto da lei nas organizações de Angola?

Nas organizações angolanas desde a formação do Estado adotou-se uma constituição com os devidos estatutos que enquadram a lei nas organizações públicas e privadas.

Como exemplo, toma-se a Lei das instituições financeiras do Banco nacional de Angola cujo quadro legal do sistema financeiro foi estabelecido pela Lei nº 5/91, de 20 de Abril 1999. Este sistema tem conhecido uma gradual transformação estrutural associada ao surgimento de novos produtos e instituições. Toda esta mudança deve-se as alterações políticas e econômicas que estão em curso no país, desde a data de sua publicação.

Digno de menção são as mudanças que a sociedade vem passando, a partir da formação da nação angolana. Na era dos reinos os sobas eram a referência em relação ao poder político tradicional, já na era colonial a relação de poder era determinada formalmente pelo governador provincial do ultramar, deixando à margem as relações sociais e o poder então existente nas terras que estavam a colonizar. As relações eram estabelecidas pela constituição portuguesa, onde a metrópoles ditava as regras do jogo.

Os Três períodos da República de Angola com uma constituição própria, independente da metrópole colonial, verificaram-se uma evolução, visto que já passou a existir uma Assembléia nacional que aprova a Lei constitucional em que as disposições que servem para regular os processos que visam o funcionamento das instituições tal como acontece no Brasil, para que os membros da sociedade vivam mais amparados na legalidade formal do que no modo tradicional onde a oralidade é o elemento preponderante.

O primeiro período da pós-independência de Angola, que vai desde 1975 até 1992, ficou marcado por uma guerra civil que arrasou os elementos culturais autóctone, que haviam resistido a permanecer e preservados no seio da sociedade civil cuja estrutura urbana colonial havia construído. As relações de poder conflitavam com os interesses políticos dos angolanos, por essa razão é que a guerra se fazia sentir.

Neste período a lógica era irracional, a estrutura do poder era autoritária, prevalecendo à voz do chefe de Estado que era inquestionável e a submissão dos comandados acontecia de forma cega, com medo para o cumprimento e materialização da vontade máxima. No exercício do poder a senioridade não se fazia sentir, em virtude do autoritarismo no topo central do Estado.

Não havia margem de pensamento construtivo que visasse o melhoramento das condições sociais do país, a não ser a destruição e aniquilamento do inimigo e tudo era pensado num modelo de curto prazo de tempo. Também as organizações públicas ficaram todas viradas para o mesmo ideal, cujo objetivo era minimizar os problemas imediatos, ficando para o momento da paz o reconhecimento dos direitos civis, direitos democráticos e direitos sociais.

A situação não acontece diferente com as empresas privadas que também vão pensar em projetos de curto prazo de tempo. O objetivo era obter lucro o mais rápido possível, e de preferência o mais fácil, que passa pelo tráfico de influência para se obter aqueles produtos que são escassos no mercado, que eram exclusivos para a classe dos dirigentes, privilegiados, como era o caso dos militares ou dos seniores do partido e colocá-los no mercado informal.

Neste período as leis que orientaram estas práticas foram feitas de modo a beneficiar uns, e prejudicar outros. A população que não participa do micro poder, ainda que tivesse idade compatível com a dos seniores, com vasta experiência, desde que não fosse partícipe daquele núcleo ou próxima a ele a lei não os favorecia.

Era preciso ter-se o amparo do partido fazedor das leis, ser militante convicto para garantir direitos, ou regalias que os membros possuíam, e ser relator de

informações que garantissem sua permanência no seio do grupo. Nestas condições a situação dos indivíduos partia-se se tornava próximo do poder e as leis se tornavam mais flexíveis em alguns casos quer nas organizações públicas, quer nas organizações privadas, ou melhor, o indivíduo já podia ter uma indicação da parte dos núcleos do partido chefiada pelos seniores, encaminhando-o para uma daquelas instituições que deviam submissão exacerbada.

A quebra de confiança era um ato individual para aqueles que eram desleais ao partido. Assim, quando houvesse desconfiança por parte de um sênior, este era exonerado e junto com ele todo o núcleo. Para isso, era necessário estruturar um novo núcleo dentro do partido.

No segundo momento, seria o de referenciar o período do reconhecimento dos direitos democráticos em que Angola saía das eleições de 1992 e que as instituições da sociedade e suas organizações não haviam atingido a maturidade suficiente para o momento, mostrou-se intolerância na relação de poder entre os partidos políticos e os membros da sociedade civil, cuja característica foi a falta de mudança que não aconteceu absolutamente no seio da sociedade e principalmente no micro poder, fracassando, contudo as tentativas de colocar o país nos carris da democracia.

Faltou confiança na relação de poder entre os grupos que disputavam as eleições, ou seja, não houve pacificação total e os seniores que deveriam fazer prevalecer a longa experiência de apaziguar falharam, permitindo que se acentuasse maior divisão dos próprios angolanos em detrimento do poder, tornando-os mais individualistas. A ambigüidade tornou-se evidente entre os que mantinham o poder e a sociedade civil. As regras do jogo político estavam no topo da estrutura governamental. Isso levou os partidos a fazerem uma nova guerra.

A UNITA só se sentava à mesa de negociações, se o governo realizasse uma nova eleição, cujo acordo só foi acontecer no Protocolo de Lusaka (capital da Zâmbia), sem sucesso, e no final de 2000, o conflito voltou em cena, rompidas que estavam as conversações; para em 2002 num ataque do governo às

tropas da UNITA, Savimbi morreria em combate. Mais uma vez as conversações não surtiram efeitos e as relações entre o partido da situação e a oposição gerou novos problemas.

Todo este cenário favoreceu o aprofundamento da corrupção que desgastou o país e arruinou as estruturas políticas numa crise sem precedentes, levando a população à miséria. Daí para diante registrou-se o mau uso do erário público, acentuando cada vez mais o nepotismo, patrimonialismo, o paternalismo e o autoritarismo. Assim elevou-se a marginalidade dos valores éticos, morais e religiosos devido à falta de uma ideologia que congregasse as vontades e as intenções mais sublimes do povo angolano. Falava-se em convergência política e a comunidade internacional assistia todos esses acontecimentos sem ação.

A Organização das Nações Unidas manteve duas missões em Angola para regularizar a situação política em que se encontrava o país. A primeira missão denominou-se UNAVEM I, e a segunda UNAVEM II.

A UNAVEM I tinha como objetivo acompanhar o processo eleitoral de 1992 que fracassou porque não se chegou a um acordo pacífico. A UNAVEM II tinha como objetivo acompanhar as negociações entre o MPLA e a UNITA no protocolo de Lusaka.

Segundo Steven Lukes, referindo-se a dos Santos diz: “podemos falar de um país dependente cuja situação é de condicionamento na qual sua economia está condicionada ao desenvolvimento político-militar”. Esta relação de interdependência interna que Angola passou, permitiu o agravamento no desenvolvimento político, econômico e social da população, fazendo com que as relações de poder dentro das organizações se distanciassem cada vez mais entre o governante e os governados. Viveu-se uma aparente Tolerância política, os partidos perdedores se submeteram à vontade do partido vencedor das eleições de 1992 já que a eleição para presidente fora para o segundo turno que não aconteceu até 2002, data da morte do candidato da oposição. Os partidos da oposição se negando a participar de uma nova guerra ocuparam suas cadeiras no parlamento, incluindo certos membros da UNITA.

Entre 1992 a 2002 as relações de poder não se modificaram de forma alguma, salvo a inclusão de mais governados junto ao micro poder já instalado, como foi referenciado. Contudo, criou-se um clima de desconfiança entre os seniores dos partidos que perderam seus status. Passaram para a condição igual à de qualquer um que não tivesse feito algo para este país. Suas histórias ficaram anuladas diante do partido vencedor das eleições, e a relação de poder acontecia entre vencedores e vencidos.

Historicamente só os vencedores contam história, são deles que se reconhece o poder, seja ele adquirido de forma legal, por vontade da maioria, ou pela força. Eles ditam as regras do jogo político, impõem suas vontades no seio das organizações.

Com a morte do líder da oposição passou-se a viver no país o período de paz. A vontade dos homens em não querer mais fazer guerra resultou numa paz duradoura.

Aquela estrutura de poder nas palavras de Steven Lukes haveria uma “autoridade vista como decisória e que deve ser obedecida, cuja fonte de poder é considerada aceite, como autorizada por aqueles que lhe estão sujeitos”. Neste caso a autoridade se tornou absoluta e o poder se torna cada vez mais centralizado.

Foi necessária uma ação coordenadora para elaboração de uma Constituição do país, tida como a primeira genuinamente angolana que atendesse a necessidade que o país está a passar.

Essa Constituição é necessária desde que aprovada pela sociedade. Imbuídos neste desejo as leis contidas nela deram um impacto transformador no cenário político, nas relações sociais, nas relações de poder das instituições organizacionais que se viram tocadas a não ficarem imunes as novas realidades que estão exigindo novos modos de fazer acontecer e atuar no seio dos grupos sociais.

A transformação cultural da senioridade e sua relação de poder junto das organizações públicas e privadas vem acompanhando o evoluir da situação, o que permite novas interrogações quanto à relação de poder que deve existir nas organizações para que o sênior encontre seu espaço merecido. Porém os

novatos com suas experiências, treinamentos consigam conviver nesta estrutura do micro poder, fazendo surgir com isso métodos que adéqüem à realidade que se vai apresentando aos olhos dos próprios angolanos e aos do mundo com respostas a serem desvendadas.

CAPÍTULO V

ANÁLISE CRÍTICA DAS RELAÇÕES DE PODER NA SOCIEDADE ANGOLANA

O capítulo cinco apresenta evidências, sobretudo do que foi exposto ao longo da pesquisa e a visão da cultura da senioridade e poder, que resultou numa análise ambígua perspectivada na antiguidade no olhar das relações de poder no seio das organizações, inseridas num contexto da senioridade.

Assim, de acordo com o princípio da responsabilidade social e a ética profissional empresarial existente no seio das organizações e no seio das pessoas a evidência de que a estrutura de acordo com os subsistemas pessoal/institucional líderes/liderados autoridade tradicional/treinamento ficaram integrados, constituindo um sistema maior. As instituições que amparam todos os seniores em todas as suas categorias organizacionais mostraram que o tipo de estrutura existente em Angola foge do padrão ocidental.

São ausentes os institutos de pensões com os devidos estatutos ou de empresas para gerenciar pensões que deviam ser colocadas à disposição de quem possa ser enquadrado nesses estatutos, de formas a beneficiar todos que nestas condições possam gozar dos valores conquistados com a Independência.

O processo organizacional em que estão inseridos os seniores de Angola mostrou-se frágil, visto que todos têm uma participação, ainda que mínima na construção de Angola, onde todos pudessem ter o mínimo de condições de vida digna para sobrevivência, assim como gozar desta mesma prerrogativa os

ativos, e pensionistas de empresas mais respeitadas do País como exemplo: a Sonangol, o Banco Nacional de Angola, a Endiama, etc.

As criações dos fundos de pensões nas categorias das Organizações empresariais ou ministeriais não se mostraram respeitáveis em momento algum da história do país. As características organizacionais existentes em países como o Brasil, onde todas as categorias das forças Armadas, por exemplo, já estão organizadas, e têm estatuto próprio, que define os benefícios que estes recebem em virtude das conquistas que fizeram e tiveram ao longo de suas carreiras, seja como militares ou como cidadãos comuns evidenciou uma realidade organizativa que servem de lição para Angola.

É nesta perspectiva que a pesquisa encontrou nas organizações angolanas uma característica peculiar oposta a todas as formas de organizações estudadas, uma vez que os exemplos tratados ao longo da pesquisa, permitiram a busca de intercâmbio cultural e social com o Brasil no sentido de primar pela organização das instituições públicas – nas organizações angolanas de forma geral – tentando implantar métodos adotados no Brasil, levando-se em consideração a questão cultural e tradicional.

Mostrou-se que precisam de ajustes sociais possíveis, que possam dar credibilidade aos seniores de formas a terem uma participação maciça na reconstrução e formação da República de Angola.

Ficou evidenciado que para Angola com os atuais governantes não se criaram instituições que amparem categorias que na pesquisa tratou em chamar de sênior, aos indivíduos enquadrados nesta classe. Por exemplo, Instituições que englobem estatutos especiais para ex-presidentes, e de aposentadorias, ou de instituições de veteranos de guerra, do serviço público, das organizações privadas, que asseguram a consolidação das relações de poder no seio das organizações.

As categorias já existentes nas estruturas públicas precisam ser mais respeitadas segundo as evidências da pesquisa, pois um país sem passado não tem História, da mesma forma que um país sem Jovens não tem futuro. Em condições normais todos os países têm uma história e um legado nacional. Logo, não seria Angola a ficar sem estas instituições que ajudam a criar uma estabilidade política, social e econômica proporcional na medida em que o País se vai desenvolvendo.

Os processos em que estão inseridos os Seniores denotaram falta de respeito no pós-guerra uma vez que as condições atuais exigem serenidade, que só é possível com a criação destes estatutos para, que se possam apaziguar tantos os espíritos dos mortos quando dos vivos, numa convivência pacífica que leva os cidadãos de Angola a buscarem seus valores culturais e regatarem seus valores éticos numa sociedade que os veja e os valorize.

Evidenciou-se a falta de condições psicológicas e materiais para os novos quadros angolanos em perspectiva de ascenderem cargos de responsabilidades no país, e a valorização da antiguidade dos seniores que possuem experiências que se deveria ter sempre em conta.

Todavia, a pesquisa mostrou que é preciso não ficar apenas na valorização da experiência adquirida pela antiguidade, mas incorporar e valorizar aquela sabedoria adquirida também pelo treinamento.

Numa sociedade onde a prioridade é a formação acadêmica, técnica ou profissional, o treinamento mostra-se ser a meta a ser perseguida, pois em matéria de sabedoria numa sociedade com condições, a experiência pode vir com o treinamento, não apenas com a antiguidade como se verifica ainda nos dias atuais. Alguns setores do Estado continuam a valorizar apenas os antigos pelo tempo de experiência, pelo fato de exercerem o tráfico de influência que imperou por todo este tempo na história do país.

Entretanto, todos os valores resgatados pelos antigos como se mostrou acima procuraram ser experimentados pelos novos, sejam eles seniores ou não, pois a ascensão para se ser sênior não depende apenas do ponto de vista da antiguidade, mostra que acima de tudo pode-se levar em consideração que o treinamento é a arma para se formar talentos, método um tanto além daquela perspectiva dos seniores que contam apenas com a experiência do quotidiano, ou com a chamada “universidade da vida”.

Todos os questionamentos que foram feitos nesta pesquisa levaram em consideração a situação política que Angola vive hoje.

As evidências mostraram que as questões que dizem respeito aos antigos são tão valorizadas, que se esquece, por exemplo, que a sociedade é dinâmica e que os conhecimentos e os conceitos são reformulados, que a filosofia de vida dos antigos muitas vezes já não dá respostas as situações atuais que os novos vivem e que tudo o que se passa na realidade evolui e esta evolução leva a

formação de novos conceitos, e com isso o contexto antigo desprende-se do novo e a formação da sociedade sofre alterações radicais a partir do dinamismo cultural, que busca a incorporação do novo pelo velho do velho pelo novo, assim como sustenta (Ginzburg, 1989, p. 18) em o queijo e os vermes.

A pesquisa mostrou ainda que faltou visão de que quanto mais forças de experiências e treinamentos, mais evoluídos serão tanto os seniores quanto os não seniores e as relações de poder que se dariam entre os seniores e os mais novos seria sempre de troca de experiências, ensinamentos, incorporando com isso nova roupagem na cultura, na identificação dos costumes e na filosofia de vida de todos que fazem parte da sociedade.

O país apesar de ser jovem e que pode congrega todos os angolanos, oferecendo condições iguais, demonstrou que precisa reconhecer os direitos civis, a liberdade de expressão, os direitos democráticos, e os valores sociais. Não se construiu uma sociedade onde possam produzir-se formas de relacionamentos sociais quer sejam do ponto de vista político, sejam do ponto de vista econômico e do ponto de vista social elementos que se integram e interagem entre si de forma harmoniosa.

Como o poder político é exercido sempre com responsabilidade social, as atividades políticas não demonstraram serem exercidas no seio das corporações em que se obedecem aos estatutos existentes, pois o contrato social seria de acordo com as regras de convivência pacífica a luta que é de todos, sejam seniores, sejam jovens que amanhã adquirindo a experiência com os seniores ou com o treinamento, estejam da mesma forma preparados para seguirem adiante. A justiça social está em falta, de modos que não existe nenhum mecanismo que promove oportunidades iguais e direito para todos. A formação de uma sociedade harmoniosa, pacífica, coesa seria apresentada por uma noção que expressasse o patriotismo como diz Thómas Kath³¹.

O País que no pós-guerra experimenta uma paz duradoura não demonstrou buscar inter-relacionar as atividades políticas e as atividades econômicas de formas a fazer participar todos que estão de comum acordo com a sociedade que esperam ver crescer. Diz-se que cada povo tem o governo que escolheu, cada elite tem o líder que escolheu, e cada Estado tem o país que merece.

³¹ Thómas Kath é autor de *Religiosidade e Poder na Inglaterra do século XVII*, e neste livro ele mostra como as relações de poder entre a nobreza e a sociedade produziram tantos conflitos, que levaram a nobreza implantar a inquisição.

Nessa perspectiva, dizer que o país que procura criar as condições para que o povo tenha por merecimento, evidências mostraram que o país ainda tem debilidades na criação de mecanismos onde todos e tudo seja valorizado.

Valorizar todos é buscar um consenso de alternância, seja no poder central, seja no poder descentralizado, porque a cultura sênior não é eterna assim como para os leigos, a política é apenas a expressão dos seus desejos, para o clero a infalibilidade não é um jogo político e sim uma questão de ética, onde todos os clérigos participam de acordo com as regras ali estabelecidas. O Direito Canônico estabelece as regras para a convivência entre os clérigos, a profissionalização da política não se mostrou como meta a ser perseguida pelos intelectuais angolanos para a melhoria das relações de poder.

Contudo, dizer que nada é eterno, senão o espírito dos homens que ali construíram e deram seu sangue para fazerem seus sucessores evoluírem. A pesquisa observou a falta de respeito mútuo que serve para o pacto de alternância, seja no poder político, seja na organização da sociedade civil.

As organizações sociais e empresariais não pautam pelo treinamento, no poder político as relações de poder entre o Estado e a sociedade não são concretas, no decorrer da formação da República a Igreja não tem sido somente local de oração para pacificar os espíritos, e as atividades políticas não são profissionalizadas pelo treinamento, e pela experiência dentro dos partidos políticos.

As empresas não demonstraram ter sempre o espírito e o caráter de investir num futuro próspero, os organismos educacionais não se baseiam do núcleo da paternidade ou da maternidade – educação familiar -, para ensinar o passado, o presente e perspectivar o futuro, também quando se trata de assuntos que merecem reflexão política e ideológica, a ética e a responsabilidade social não é levada em conta.

A razão não é relacionada na partida de toda a discussão política³² existente. Aqui e ali as questões que merecem reflexão estão sempre presentes, e tudo aquilo que é clientelismo, paternalismos, nepotismo no poder, coronelismo, e outros males sociais que corrompem a alma e o corpo e transgridem a sociedade em que se vive não são deixados de parte. Não têm efeitos os

³² Todas as Relações em que estão inseridas as discussões políticas na sociedade...

Slogans populares como: “no lugar de guerras seja a paz, e no lugar de desacordos haja acordos que levem a sociedade a uma convivência pacífica”.

Ficou evidenciado na pesquisa antagonismos entre a vontade e a prática dos angolanos desejosos da felicidade do país que afirmavam: que nas nossas aldeias, bairros, cidades e no país inteiro haja paz, unidade, justiça, organização, respeito pelo outro, solidariedade, disciplina, honestidade, trabalho e desenvolvimento sustentável, quando na prática é evidente a concentração do poder, as manifestações do nepotismo, autoritarismo, patrimonialismo e o paternalismo.

Evidências mostraram que existe um grande esforço para que haja um Estado racional com aspetos modernos, em que sua burocracia comporte o desenvolvimento da racionalidade formal de um Estado Moderno. Que a administração burocrática seja pura, isto é, que traga patentes aspectos da precisão, disciplina, continuidade, aperfeiçoamento técnico, de forma geral, eficaz que historicamente esta instrumentalidade do agir racional com relação aos fins diz respeito à função da força política do Estado moderno. Esta é uma condição que jamais países em vias de desenvolvimento fugirão à regra caso queiram se relacionar globalmente, independentemente das peculiaridades.

Evidências apontam que a independência não criou sequer uma pedagogia, ou uma ideologia de liberdade. Todo angolano se sente patriota, mas um patriotismo que na prática não resulta de uma união solidaria. As relações de poder que se deram no campo político não são pactuadas com a liberdade de expressão.

O resultado de tudo isto traduz na prática a ausência da soberania do povo. Nas estruturas de poder, nas organizações a democracia não é exercida no interior dos grupos que promoveriam à alternância de poder.

Na tradição política os antigos e os novos costumes se tornam uma regra para todos. Culturalmente a senioridade e o poder estão divididos entre os diferentes, seja nas organizações públicas, seja nas estruturas da sociedade civil.

As referências feitas na pesquisa procuraram evidenciar como as relações de poder no seio das organizações angolanas se desenvolvem, e constatou-se que no centro das atenções está à senioridade como tradição cultural angolana.

A senioridade exerce uma influência política no seio das organizações empresariais, nos grupos políticos e na sociedade civil. Os elementos que foram identificados estão nos líderes políticos que são referências para a sociedade. Dentro da sociedade angolana o traço cultural notável é a tradição oral, mas hoje, partindo destas referências se destaca uma cultura racional apreendida durante o processo de colonização.

A tentativa de resgatar a cultura autóctone se esbarra numa identidade perdida com o processo de colonização. O que se tem hoje é uma cultura miscigenada com fortes traços culturais europeus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Senioridade e poder na sociedade angolana, assunto debatido com profundidade no poder do Estado com a sociedade civil, ilustraram as relações de poder num período compreendido entre o pré-colonial aos dias atuais.

As relações de poder na sociedade Angola se deram dentro do Estado de direito, entre a sociedade civil e as instituições governamentais. Relacionou-se o funcionamento do micro poder onde estavam presentes as Organizações sociais e empresariais, que procuraram nas relações sociais uma integração política capaz de uni-los em torno de um único objetivo – um projeto de poder que se aliou a um projeto de nação.

Para construir um padrão de sociedade que atenda todas as organizações políticas, sociais, e culturais o Estado está para a sociedade como um veículo promotor da paz e da justiça social ao que o governo atual denominou de ‘Programa de Reconstrução Nacional’.

O Estado faz cumprir a Constituição da República, sustenta os órgãos públicos e privados, os organismos religiosos e protege a soberania do país. Caracterizou-se o Estado no período pré-colonial, colonial e pós-independência e ajustou-se ao conceito de senioridade como forma de valorizar a cultura política e social do técnico pela experiência e pelo treinamento cujas relações no seio das Organizações se tornaram uma prática.

Descreveu-se o critério de organização política encontradas na sociedade angolana, no que diz respeito à criação de estatutos e de Instituições públicas para compreender como as relações institucionais se processam. Relatou-se

com profundidade a estrutura política e o poder verticalizado que mostra a hierarquia constituída no seio da sociedade angolana.

Verificou-se que existe um micro poder que está presente no topo da estrutura do Estado e representa uma ameaça para a organização social, por causa da ambigüidade política, que se encontra no micro poder pela tecnocracia que adotou para governar a sociedade angolana.

A ambigüidade política leva a deterioração das instituições públicas, causando males sociais, corrupção que minam o poder político e a sociedade. No poder político aparece o paternalismo que no seio das organizações desestrutura a democracia. O nepotismo se apresenta nos núcleos sociais, familiares para dar razão à existência da quebra de confiança. O autoritarismo exacerbado se verifica nas leis constitucionais. O patrimonialismo outorgou o patrimônio público à meia dúzia de pessoas. O poder está tão centralizado que não restam espaços políticos para o exercício da cidadania. O bem estar social, a liberdade de ir e vir estão condicionados ao totalitarismo.

Numa sociedade deste gênero carregada de vícios, os grupos sociais padecem de identidade social.

Não se pode ignorar que a sociedade angolana não esteja passando por transformações econômicas, políticas e sociais, cujo processo começou em 2002 com o fim da guerra civil. Nesta transição tem-se verificado mudanças no nível social e político, porém persistem ainda seqüelas de políticas ditatoriais e militaristas.

Passados sete anos realizaram-se as primeiras Eleições legislativas, pondo à prova as relações de poder no seio das organizações. Esse processo pretende-se consolidar com a eleição presidencial que iniciará uma etapa alternativa da política no que diz respeito à criação de um estatuto especial que enquadre os seniores. Um quarto poder pode-se estabelecer acima do parlamento atual e as relações de poder entre eles se darão na hierarquia política, mostrando quem são os seniores e os seus sucessores.

Nestas considerações finais apresentou-se uma visão historiográfica já que a pesquisa visou resgatar os acontecimentos e das atividades humanas ao longo do tempo, possibilitando desvendar e compreender as mudanças organizacionais, as contradições e as tendências da realidade social, e a visão auto-etnográfica originada da área da antropologia uma vez que insere o

pesquisador no ambiente, no dia-a-dia do grupo investigado, dando uma visão geral e compreensão mais ampla da atuação dos indivíduos no ambiente organizacional, ao fornecer uma noção da realidade formal e informal dos diversos níveis da organização segundo MASCARENHAS, (2002).

A identificação das relações de poder das partes dos grupos sociais com o todo se constitui num núcleo central que se denominou chamar de “micro poder”, e das partes entre si. Os métodos utilizados limitaram a pesquisa a uma abordagem administrativa, mas privilegiou a reflexão e a compreensão dos fenômenos organizacionais acerca da construção, da transformação e da incorporação dos valores e das ações dos homens ao longo do tempo. Permitiram resgatar as trajetórias de indivíduos, organizações e movimentos, reduzindo a distância entre o discurso e a prática.

A pesquisa procurou relacionar a valorização da racionalidade baseada no conhecimento, na experiência e no treinamento dos membros que constituem as organizações efetivas da sociedade angolana.

Não se pretendeu esgotar o assunto, tão somente para que a pesquisa tenha continuidade e para isso fez-se uma conclusão deixando a pesquisa em aberto para novos estudos.

As limitações encontradas se concentraram em algumas abordagens etnográficas regionais que ao mesmo tempo permitiram visualizar as relações de poder na sociedade angolana, viabilizaram construir um discurso social que vai dar fontes de pesquisa para futuros pesquisadores.

Sintetizou-se o tema cronologicamente, procurando descrever os desdobramentos culturais no seio das organizações públicas e privadas globais, particularizando-se a questão da senioridade nas organizações para o caso específico de Angola.

Em síntese, o trabalho mostrou a realidade cultural angolana nas organizações no que diz respeito ao relacionamento da hierarquia política e social observado na sociedade, e nas relações de poder inseridas no contexto da senioridade e como deverá proceder em caso de desenvolvimento progressivo.

Relatou-se a cultura da senioridade na perspectiva tradicional buscando um desenvolvimento cultural progressivo no que é a cultura sênior na perspectiva tradicional, mas afinal o que vem a ser a cultura sênior na perspectiva do leitor?

Retrataram-se as relações sociais e políticas nas organizações no que diz respeito à formação da sociedade. As relações de poder que nasceram nas organizações públicas definem o perfil das instituições públicas que se formaram no período da independência. Mas para um pesquisador a investigação continua; faz-se aqui um desafio aos possíveis leitores e especialistas no assunto que fica a inteira disposição de todos. Qual vem a ser a relação social, organizacional?; em que condições está inserida no contexto global? O que são as relações de poder em Angola? Uma resposta síntese quer transparecer que as relações de poder em Angola se definem no seio das organizações.-

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTUNA, Raúl R. de A. **Cultura bantu e cristianismo**. Luanda: Edições Âncora, 1974.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. In Localização das Atividades Humanas 83 – A esfera pública. O Comum – 59 – 68. Ed. The Universit. Of Chicago, 1958.

_____ **Anti-semitismo**. Origens do Totalitarismo de poder. Ed. Documentário, p. 5,. in Os Judeus e a Sociedade 85 – 129, 1975.

BARROS, Betânia Tanure; **PRATES**, Marco Aurélio Spyer. **A arte brasileira de administrar**. São Paulo: Atlas, 1996.

BOBBIO, Norberto. **O filósofo e a Política, Contraponto** – in O Estado como Reino da força 84 – in ditadura da Burguesia e a ditadura do Proletariado 89 – in O Segredo e a essência do Poder 300, 1996.

_____ **Direito, Ética e Política/orgs**. Ricardo Bins de Napoli, Albertinho Luiz Gallina – Ijuí: Ed. Unijui, 2005.

BRITO, M. J.; **BRITO**, V. G. P. **Relações de Poder, Cultura e Aprendizagem nas Organizações**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000.

CASCUDO, Fernando Luís da Câmara. **Angola, a guerra dos traídos**; Primeira Edição brasileira: Rio de Janeiro, RJ – Brasil, 1979.

CHANTEBOUT, Bernard. **Uma tentativa de desmistificação do universo político**. DO ESTADO. Editora Rio, tradução José A. Faria Corrêa, 1977.

FERREIRA, Júlio César Benfenatti. **O PODER NAS ORGANIZAÇÕES**. CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E RESULTADOS.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**; Organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª Ed. 1984.

_____ **Vigiar e Punir, Nascimento da Prisão**. Editoras Vozes, in O Corpo dos Condenados. In a Punição, 1984.

_____ **As Palavras e as Coisas**. In Escrita das Coisas p. 56 – 66. Ed. Galhimard. 1966

_____ – **in a formação dos objetos**. 46 – 57, 1969.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

GINZBURG. Carlo, **O queijo e os Vermes** – O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição; Tradução Maria Betânia Amoroso, Companhia das Letras, Editora SCHWRCZ LTDA, 2006.

KRAUS, R. R. **Compartilhando o Poder nas Organizações**. São Paulo: Nobel, 1991.

KULIK, S. **Viva o Internacionalismo: PROLETÁRIO. NA LINHA DA FRENTE**. Edições Progresso, tradução K. Asryants, 1986.

LEI DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. Banco Nacional de Angola, Edição BNA, 1999.

LARA, Rodrigues Leite Barreto. **Um amplo Movimento**. Luanda, 1997.

LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades & escritas nas literaturas africanas**. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

LIKERT, R; **LIKERT**, J. G. **Administração de conflitos: novas abordagens**. São Paulo: McGraw-Hill, 1979.

MALISKA, Marcos Augusto. **MAX WEBER E O ESTADO RACIONAL MODERNO**, S. P. 2000.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração: da Revolução Urbana à Revolução Digital**. São Paulo, Atlas, 2002.

MARTINS, Vilma Lia. "**Luandino Vieira: engajamento e utopia**". Zunai: revista de poesia e debate, ano III, edição XII, maio de 2007. <http://www.revistazunai.com.br>.

MOREIRA, Adriano. **A comunidade Internacional em mudança**. São Paulo, Ed. Resenha Universitária; Rio de Janeiro, PUC, Instituto de Relações Internacionais e de Direito Comparado, 1976.

MORGAN, G. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

VIEIRA, José Luandino. **Luuanda**. São Paulo: Ática, 1982.

MUTCHNIK, Vanessa Idargo; **TREVISAN**, Leonardo. **Revista Administração em Diálogo**, v. 2, n. 13, p. 91-125, 2009.

NETO, António Pitra./**MPLA e as Eleições Legislativas de 2008: as nossas razões para a vitória**, Editorial Nzila Lda, Luanda – 2008.

PADILHA, Laura Cavalcante. **Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX**. Niterói: EdUFF, 1995.

SÁ, Ana Lúcia Lopes de. **A confluência do Tradicional e do Moderno na Obra de Uanhenga Xitu**. Tradição e modernidade: os conceitos; tradição e modernidade no contexto angolano; As metáforas sociais; Os Protagonistas: anti-heróis ou outras manifestações de heróis? E.A.L. Edições de Angola, Ed. Luanda, 2004.

SILVEIRA, Iolanda Tecla da. **Angola para sempre**./Iolanda Tecla da Silveira./ Curitiba: Juruá, 2004

THOMAS, Keith. **Religião e o declínio da Magia, Crenças populares na Inglaterra do Século XVI-XVII**, Companhia das Letras, m.a Bruxa e o meio social, 1971.

_____ **O homem e o Mundo natural**, in o Predomínio Humano – 21- 49 – Homens e animais – 110 -163, 1971.

VIEGAS, Fátima. **Angola e as Religiões**. Luanda, 1ª edição; Instituições Religiosas, Angola Telecom, 1999.

I CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DO MPLA-PARTIDO DO TRABALHO. Relatório do Comitê Central: apresentado por SANTOS, José Eduardo, Presidente do MPLA – Partido do Trabalho, 1980.